

1.1. Jean-Baptiste Say: o patrono da escola clássica francesa

Jean-Baptiste Say (1767 – 1832) se propõe a realizar a mesma tarefa empreendida por G. Garnier: escrever um manual que sistematize essa disciplina tendo em vista as contribuições de Adam Smith, enfatizando a importância do desenvolvimento industrial. Essa tarefa se concretiza no seu *Tratado de Economia Política*. A esse manual, porém, foi reservado um destino maior. Além de se tornar a obra central da escola clássica francesa, transcendeu as fronteiras nacionais para se tornar um livro-texto empregado em universidades de diversos países, até dar lugar ao manual de J. S. Mill, que mantém a estrutura de exposição da disciplina consagrada por Say, em termos da sequência plutológica de produção, distribuição e consumo de riqueza.

O sucesso da obra como manual, porém, contribuiu para que a apreciação sobre a importância de seu autor para a história do pensamento econômico fosse diminuída. Say, que deu importantes passos para consolidar a estrutura da teoria clássica, é com frequência retratado como um mero divulgador de Smith na França ou no máximo como o autor da tese insustentável de que a moeda nunca afeta a produção, segundo a representação feita por J. M. Keynes.

Como observou Teilhac (1927, p. 1) quase um século atrás, mas que se mantém verdade até hoje, “de Say se fala muito sem que se tenha lido nada”. Uma apreciação mais qualificada, no entanto, deve considerar que a primeira edição do *Tratado* data de 1803, anterior às contribuições dos economistas clássicos ingleses posteriores a Smith, autores esses que sofreram influência de Say. No nosso capítulo dedicado à Metodologia da Economia nos deparamos com um exemplo desse fenômeno, quando encontramos em Say teses comumente associadas à J. S. Mill.

Parte da crença de que Say seria mero divulgador de Smith, no entanto, pode ser creditada ao próprio comportamento do autor. Ao contrário de Garnier, que buscou integrar Smith na história da evolução da Economia, Say rejeita a tradição teórica anterior a Smith, contribuindo para a crença que sobrevive até ao presente de que Smith seria o pai fundador da disciplina. Essa rejeição tem bases metodológicas e práticas. Em termos metodológicos, Say crê que Smith seria o primeiro economista a usar o método empírico, ao contrário dos fisiocratas, que teriam construído sistemas metafísicos a partir de pressupostos hipotéticos, descolados da realidade. Em termos práticos, dado seu envolvimento no círculo dos ideólogos, Say acreditava na importância da industrialização de seu país. Rejeitava por isso tanto o mercantilismo, que buscava fomentar a indústria via protecionismo e concessão de privilégios monopolísticos, políticas cujos efeitos Say pôde testemunhar na França, quanto a fisiocracia, que reagia ao mercantilismo através da defesa da importância maior da agricultura e da manutenção de preços dos bens agrícolas, a despeito do alegado liberalismo de seus defensores. Smith, por outro lado, oferecia a opção de industrialização sem favorecimento a setor algum.

Se fosse possível a construção de teorias a partir de hipóteses inteiramente baseadas em observação, a afirmação de Say (1841, p. 38) de que teria “lido tudo para esquecer em seguida” poderia ser levada a sério e poderíamos descartar completamente o nosso capítulo sobre precursores. No entanto, a economia smithiana é ela própria em larga medida baseada nos mesmos precursores rejeitados e cujas ideias se fazem presentes, como teremos a oportunidade de verificar nesta seção, também na obra de Say.

Se por um lado o uso de livros-texto aumenta sobremaneira a difusão das ideias de uma disciplina, devido à sua condensação em uma mesma fonte, a instrução baseada exclusivamente nos mesmos gera ao mesmo tempo um empobrecimento cultural, na medida em que reduz a exposição à diversidade de opiniões e até mesmo aos contextos dos autores cujas ideias são retratadas nos manuais. Na escola clássica francesa, a adoção do *Tratado* de Say não foge a regra: a despeito de ajudar a formar de fato uma tradição de pesquisa, encontraremos no desenvolvimento da escola uma maior uniformidade de opiniões, tal como descreve Kuhn em sua caracterização de ciência normal.

A despeito disso, Say e seus seguidores continuam desenvolvendo a tradição analítica francesa cuja evolução nós temos descrito até aqui. Em particular, encontramos nos clássicos franceses, em contraste com os ingleses, uma importância maior dada ao estudo do funcionamento dos mercados em termos microeconômicos, com ênfase nos propósitos da atividade produtiva, na demanda, utilidade e também no tipo de análise do funcionamento econômico do estado, no contexto de análise institucional comparada. Ao construir um quadro que reflete a estrutura da análise econômica de Say, teremos condições de identificar os elementos distintivos da escola clássica francesa que serão desenvolvidos pelos autores subsequentes.

Iniciemos esse quadro com algumas informações bibliográficas. Jean-Baptiste Say¹ nasceu em 1767 em Lyon, em uma família de refugiados em Genebra após o Édito de Fontainebleau de Luiz XIV, que revogava em 1685 o Édito de Nantes, reestabelecendo a perseguição aos protestantes na França. Depois de passar a infância em Lyon, a família de Say muda em 1780 para Paris, onde aos quinze anos o futuro economista começa a trabalhar. Aos 19 anos, a educação comercial sua e de seu irmão Horace continua em uma viagem de dois anos à Inglaterra, onde pode observar os efeitos da industrialização. É desse período a conhecida história sobre o imposto das janelas, que levou o proprietário do local onde Say se hospedava a bloquear uma das janelas. A observação de Say sobre o fato é reproduzida no dicionário editado por seu neto, Leon Say (1900, p. 783):

o Parlamento, ou melhor, o Ministro, acabara de decretar o imposto sobre portas e janelas, e o locador, tendo calculado que uma janela era suficiente para nosso cômodo e banheiro, murou a outra. Refleti então que eu teria uma comodidade a menos e que minha janela murada não traria nada para o Tesouro. Este pode ter sido o primeiro dos meus pensamentos sobre economia política.²

¹ Para dados bibliográficos mais detalhados, consulte L. Say (ed.) (1900), Coquelin e Guillaumin (ed.) (1852), Teilhac (1927) e Forget (2000).

² Segundo o *Nouveau Dictionnaire D'Économie Politique*: «le Parlement ou plutôt le ministre venait de décréter l'impôt des portes et fenêtres, et mon hôte ayant calculé qu'une fenêtre suffisait pour notre travail et notre toilette, il fit murer l'autre. Je réfléchis alors que j'aurais une jouissance de moins et que ma fenêtre murée ne rapporterait

De volta à França, trabalha em uma empresa de seguros, cujo dono o introduz a obra de A. Smith. Depois de se casar em 1793, foge durante o Terror para uma vila perto de Paris e no ano seguinte se torna redator chefe do novo jornal *La Décade philosophique, littéraire et politique, par une société des républicains*, dedicado às ideias dos ideólogos. Entre 1799 e 1803 atua na seção de finanças do *Tribunat*, uma das assembleias do período bonapartista.

Depois da publicação de seu *Tratado de Economia Política* em 1803, Say se encontra com Napoleão e recusa a solicitação do imperador para que fosse acrescentada na obra justificações para o protecionismo e regulações durante períodos de guerra. Expulso do *Tribunat* e sem poder exercer o jornalismo, embarca a partir de 1804 em uma carreira de industrial do ramo de algodão, estabelecendo uma fábrica no vale do Oise e no ano seguinte uma planta maior em Auchy-les-Hesdins, que empregava mais de quatrocentas pessoas.

No ano que Napoleão invade a Rússia, Say vende a fábrica para seu sócio e se muda para Paris. Depois da abdicação do imperador, publica uma segunda edição do *Tratado*. Enviado pelo novo governo em 1815 a uma missão na Inglaterra, estuda as condições econômicas desse país depois do isolamento imposto pelo bloqueio naval. Do outro lado do canal, já estabelecida sua fama, se encontra com Ricardo e Bentham, além de sentar-se na cadeira de Smith em Glasgow. No retorno dessa viagem, publica *Da Inglaterra e dos Ingleses* (1815), livro no qual relata tanto o endividamento do estado e os efeitos dos altos impostos sobre os preços quanto os progressos da indústria inglesa.

Como nota Theilhac (1927, p. 31), Say, como entusiasta pelo progresso industrial, se impressiona com as ferrovias inglesas. Inspirado pelo que observara, Say (1840, p. 286-7) especula até sobre o uso de veículos motorizados nas cidades:

É sem dúvida, escreveu ele, uma aplicação maravilhosa dos motores cegos que esses carros a vapor vistos em algumas partes da Inglaterra arrastam em sua esteira uma longa fila de carros carregados. Há algo de mágico nessas caravanas artificiais que atravessam o país como se fossem movidas por um princípio vital. É superar uma dificuldade muito grande que ter conseguido por em movimento o motor com a resistência. Nunca, talvez, a inteligência do homem se aproxime tanto do poder do Criador. Estamos até a ponto de transportar passageiros em ferrovias por meio de motores a vapor, com surpreendente rapidez. Não sei até onde poderemos superar os acidentes que as localidades apresentam, e especialmente as subidas e descidas; e assumindo que superemos essas dificuldades, nenhuma máquina nunca vai fazer, como os piores cavalos, o serviço transmitir pessoas e bens no meio da multidão e confusão de uma cidade grande.³

rien à la Trésorerie. C'est peut-être la première de mes réflexions sur l'économie politique.». Teilhac (1927, p.8), por sua vez, atribui a Say a frase: “J'ai perdu une fenêtre, se disait-il, et le trésor n'y a rien gagné. Evidemment il n'y a en tout ceci que des dupes”.

³ C'est sans doute une merveilleuse application des moteurs aveugles que ces chariots à vapeur que l'on voit à certains endroits de l'Angleterre traîner à leur suite une longue file de voitures chargées. Il y a quelque chose de magique dans ces caravanes factices qui traversent le pays comme si elles étaient mues par un principe de vie. C'est avoir vaincu une fort grande difficulté que d'être parvenu à faire marcher le moteur avec la résistance. Jamais peut-être l'intelligence de l'homme ne s'est approchée de plus près de la puissance du Créateur. On est même à la veille de transporter sur des chemins de fer par des machines à vapeur les voyageurs avec une rapidité surprenante. Je ne sais jusqu'à quel point on pourra vaincre les accidents que présentent les localités, et surtout les montées et les descentes; et en supposant qu'on surmonte ces difficultés, nulle machine ne fera jamais, comme les plus mauvais chevaux, le service de voiturier les personnes et les marchandises au milieu de la foule et des embarras d'une grande ville.

Na parte final de sua vida, Say se dedica à atividade docente. Ocupa em 1819 a cadeira de economia industrial no *Conservatoire National des Arts et Metiers*. Dessa atividade docente surge em 1828 seu extenso *Curso Completo de Economia Política Prática*. No ano anterior a sua morte ocupa ainda a primeira cadeira de economia política no *College de France*.

1.1.1. Olbie

Convém iniciar o exame da obra de Say com um texto submetido a um concurso no início de sua carreira intelectual, já que tal texto revela alguns aspectos importantes de seu pensamento econômico e político. Em 1797 a classe de Ciências Políticas e Morais do *Instituto Nacional* oferece um prêmio para quem desse uma resposta adequada a questão: “Quais são as melhores instituições sobre as quais se deve embasar a moralidade de um povo?” Como observamos antes, entre os intelectuais franceses do período, a esperança de que a partir da Revolução Francesa a razão prevaleça em assuntos políticos cede lugar ao ceticismo. A frustração das esperanças revolucionárias convida naturalmente a questionamentos sobre a eficácia de meras mudanças de regime que não contemplem questões mais amplas, como considerações sobre a natureza humana e problemas morais.

O prêmio do concurso não foi concedido a nenhum dos candidatos inscritos, visto que as respostas não refletiram exatamente o que os organizadores tinham em mente. De fato, em uma nota de esclarecimento reproduzida em Foget (1999, p. 192-195), Roederer deixa claro que a pergunta seria mais moral do que econômica. Esse autor esclarece que a moralidade é influenciada por todas as instituições. Estas são classificadas por ele em instituições civis, dedicadas à relação entre cidadãos; instituições políticas, que tratam da relação entre o estado e os cidadãos e instituições religiosas, voltadas à relação entre cidadãos e um ser superior. Instituições morais, por sua vez, dizem respeito apenas a um subconjunto dos três tipos anteriores, já que as instituições em sua totalidade, além da moral, influenciam fatores como segurança, prosperidade e bem-estar da população. A pergunta do concurso, porém, se referiria apenas a questões de ordem moral.

O texto apresentado por Say (2014) é escrito na forma de uma utopia intitulada *Olbie*, o nome de uma sociedade fictícia que apresenta as instituições adequadas solicitadas no concurso. Embora não seja um texto sobre teoria econômica, ele aborda temas dessa área, que revelam elementos da visão de mundo do autor.

A escolha de Say de expressar suas opiniões na forma de uma utopia sofre do problema fundamental inerente a esse gênero. Criticar aspectos da sociedade presente através da criação de uma alternativa idealizada traz consigo sempre uma dúvida: as instituições utilizadas na descrição dos aspectos louváveis do modelo servem apenas para fazer o contraste com o mal existente no mundo real ou refletiriam a crença de seu autor na viabilidade do arranjo institucional proposto? É impossível não indagar se a bem-aventurança descrita nesse tipo de texto resistiria ao teste de robustez dado pela indagação sobre o que ocorreria caso os habitantes

do mundo ideal rejeitem as regras estabelecidas ou se comportem de forma diferente daquela imaginada pelo idealizador da utopia.

Essa ambiguidade alimenta, por exemplo, a controvérsia em torno da tese popperiana a respeito do caráter totalitário da *República* de Platão, quando os defensores deste último afirmam que a utopia seria apenas uma metáfora para questões não políticas. De qualquer modo, imaginar o que ocorreria no falanstério de Fourier se o time lilás se recusasse a competir pelas melhores formas de cultivar crisântemos nos conduz imediatamente ao universo distópico de Zamiátin, Orwell e Huxley, nos quais a pretensa harmonia social é perseguida sempre por meios totalitários.

Essa ambiguidade se manifesta também em *Olbie*, utopia na qual todos os cidadãos se dedicam a atividades econômicas produtivas, não parasitárias, mas cuja virtude individual é vigiada de perto por tribunais morais. Façamos um esboço da obra.

Say é influenciado pela preocupação iluminista com a instrução, que é reforçada pela importância central que esse tema assume nos escritos dos ideólogos. É, portanto, natural que a educação ocupe papel central no ensaio de Say submetido ao concurso. De fato, sua proposta de aperfeiçoamento moral envolve a reforma dos adultos e a educação dos jovens, sendo que essa última implica tanto instruir ou ensinar coisas úteis quanto moldar as faculdades morais e físicas do estudante. A educação, para Say (2014, p. 33), tem o efeito de nos civilizar, induzindo o comportamento produtivo:

O homem que estudou a agricultura, e que sabe o que é necessário para cultivar uma planta, para fazer crescer uma árvore, aquele que conhece seus usos econômicos, tem menos probabilidade de destruí-las do que os ignorantes que não fazem ideia desses bens preciosos. Da mesma forma, o homem que estudou as fundações nas quais a ordem social e a felicidade das nações são fundadas, nunca as solapa sem se repugnar.⁴

Dentre todos os conhecimentos benéficos para a sociedade, o mais importante seria a compreensão geral dos princípios básicos da ciência econômica. De fato, para Say (2014, p. 36, n.r. 24), “Qualquer pessoa que produza um tratado elementar sobre economia política adequado para ser ensinado em escolas públicas, e a ser ouvido pelos funcionários públicos mais subalternos, pelos camponeses e pelos artesãos, seria um benfeitor de seu país.” Evidentemente, o próprio Say procurou ser tal benfeitor. Não é de surpreender que o conteúdo de seu tratado tenha sido apresentado em diversas obras, constantemente revisadas, direcionadas a diferentes públicos.

Mas qual seria essa importância fundamental para a sociedade que o estudo da Economia teria? Say não oferece uma resposta explícita, mas seus comentários econômicos ao longo do texto nos permite inferir que, além de considerar a disciplina útil para o fomento da atividade produtiva e adoção e preservação do arcabouço institucional favorável a essa atividade, o conhecimento econômico tem a função de ensinar o valor da poupança necessária para o

⁴ *L'homme qui a étudié l'agriculture, et qui sait ce qu'il faut de soins pour faire pousser une plante, pour élever un arbre, celui qui connaît leurs usages économiques, sont moins près de les détruire, que l'ignorant chez qui ces précieuses productions ne réveillent aucune idée. De même, l'homme qui a étudié les bases sur lesquelles se fondent l'ordre social et le bonheur des nations, ne les sape jamais sans répugnance.*

desenvolvimento pessoal e nacional, como ficará explícito em toda sua obra econômica. No *Olbie*, parcimônia maior é obtida mediante redução da desigualdade econômica. Na tradição fisiocrata e smithiana, os gastos em “luxos de decoração” ou gastos improdutivos são desfavoráveis ao mecanismo de reprodução da riqueza. No plano moral, tema do concurso, Say repete o argumento que vimos em Roederer de que tanto a pobreza quanto a riqueza extrema seriam prejudiciais. Os pobres são sujeitos a crimes e prostituição e ricos são propensos à ociosidade e dissipação de recursos.

Os olbianos, por outro lado, de posse de seu tratado de economia política, que funcionaria como um primeiro livro de moralidade, se encontravam no meio termo saudável. Embora o comportamento industrioso, não dissipativo, seja de fato relacionado na teoria econômica às maneiras pelas quais a poupança e o investimento levam ao crescimento, esse texto da juventude revela fortes convicções conservadoras e até mesmo paternalistas. A população deveria ser ensinada a melhor administrar seus recursos futuros. Esse moralismo, que destoa do liberalismo do autor sobre outros temas, permanecerá ao longo de toda sua obra. Como veremos mais adiante, a decisão relativa a consumo e investimento estará pouco conectada na obra de Say a preferências, mercados e sistemas de preços, refletindo em vez disso qualidades morais.

Como nota Forget (1999, p. 109), a leitura de *Olbie* revela adicionalmente um papel muito mais ativo para o legislador do que seria de se esperar se aplicarmos a noção smithiana de auto-organização ao processo de evolução institucional. Para Say, elites governamentais ilustradas devem se preocupar com o estabelecimento da moral de um povo. Say foge da tradição desenvolvida no iluminismo escocês também no que diz respeito à relação entre moralidade individual e resultados coletivos, tal como desenvolvido por Mandeville. Say (p.44-45), por exemplo, contrasta o espírito nobre e altruísta das pessoas com moral elevada com os povos “dedicados em demasia ao comércio”, como os fenícios e os cartaginenses na antiguidade e os venezianos e holandeses mais recentemente, desejando ainda que a riqueza norte-americana não desvie seus habitantes da virtude. Nada mais distante da *Fábula das Abelhas* do que o seguinte quadro desenhado por Say (p. 46) a respeito da rotina dos olbianos:

Os prazeres que são apreciados em família são os menos dispendiosos; eles preferiram assim aumentar suas economias; e quando chega o dia de descanso, ninguém podia ver em Olbie, como antes, cabarés cheios de bêbados que se revezam em cantar e praguejar: mas pode-se encontrar com frequência na zona rural perto da cidade, um pai, uma mãe e seus filhos, todos animados por uma alegria tranquila, advinda da felicidade, e que caminhavam em direção a algum encontro campestre com colegas do mesmo ramo de atividades que eles.⁵

Os detalhes institucionais para o advento desse estado de coisas não são discutidos explicitamente, mas encontramos indícios, como permissão aos cidadãos para a realização de

⁵ *Les plaisirs qu'on goûte en famille sont les moins dispendieux ; aussi les préféreraient-ils pour grossir leur épargne; et lorsque le jour du repos venait, on ne voyait plus, comme auparavant, à Olbie, les cabarets pleins d'ivrognes abrutis, chantant et jurant tour à tour : mais on rencontrait fréquemment dans les campagnes qui entourent la ville, un père, une mère et leurs enfants, tous animés d'une gaieté tranquille, celle du bonheur, et qui marchaient vers quelque rendez-vous champêtre pour s'y réunir avec d'autres amis de même état qu'eux.*

depósitos periódicos para fins providenciais, banimento de loterias e ausência de autorização para a publicação de livros sobre magia.

Depois de ter destruído as causas da corrupção por medidas punitivas, com podemos concluir pelos exemplos utilizados pelo autor, os olbianos seriam estimulados ao comportamento virtuoso através do exemplo. Haveria em Olbie prêmios para toda sorte de atividade recomendável e estátuas e celebrações para grandes feitos. Say (p. 49) também elogia o comportamento dos imperadores chineses que uma vez por ano dariam o exemplo de “colocar sua mão no arado”.

O elemento mais perturbador da utopia de Say, porém, diz respeito à instituição de um tribunal de censores (p. 58). Seus membros seriam guardiões da moral, composto por nove idosos eleitos cuja carreira teria sido honrosa e que na velhice não teriam interesses pessoais a não ser sua própria memória. Esses juízes da moral teriam o poder tanto de multar desvios de conduta quanto premiar exemplos construtivos.

Olbie nos revela algumas características do pensamento de Say que são permanentes e outros passageiros, tributáveis a juventude do autor. Dentre as primeiras, presente em toda a obra do autor, se encontra a defesa do industrialismo, a crença de que a prosperidade das nações depende do estabelecimento de instituições sob as quais o desenvolvimento industrial possa florescer, pela promoção do comportamento industrioso e poupador.

Entre as fontes desse industrialismo, podemos citar a origem comercial da família do autor e a defesa de uma filosofia empirista, que induz a ânsia por aplicar métodos racionais à atividade econômica. Essa ânsia, que se manifesta também entre os seguidores de Saint-Simon, é bem explicada por Hayek (1979), que associa o racionalismo empirista francês ao desejo de controle consciente da atividade produtiva. Os meios sugeridos para a promoção da indústria na tradição saint-simoniana, baseados no uso de hierarquias (conselhos de Newton de Saint-Simon), contrastam com a experiência de Say com a centralização napoleônica e com a tradição econômica e política de comparação entre arranjos institucionais centralizados e descentralizados. Sendo assim, teremos em Say um industrialismo liberal, com educação e instituições fomentando o desenvolvimento industrial de forma descentralizada.

1.1.2. Os Textos Econômicos de Say

A instrução da população sobre os princípios da teoria econômica é um objetivo de destaque no pensamento de Say, seja pela influência das crenças dos ideólogos a respeito do valor da educação para o destino das instituições pós-revolucionárias, seja pelas crenças filosóficas do autor sobre as possibilidades de aplicação da ciência à indústria ou ainda pela formação religiosa que recomenda moderação de gastos e provisão de fundos para a velhice, tal como encontramos em *Olbie* [1800]. Não é de surpreender então que além do *Tratado de Economia Política* [1803], sistemático e didático a ponto de se tornar por muitas décadas o principal manual de instrução da disciplina, Say tenha rerepresentado em essência o mesmo conjunto de ideias em diversas obras, modificadas por diversas edições. As ideias do *Tratado* foram

condensadas em um artigo de enciclopédia intitulado *Economia Política* [1826], explicadas em linguagem acessível em um livro curto, o *Catecismo de Economia Política* [1815], escrito na forma de perguntas e respostas para o leigo e também no volumoso *Curso Completo de Economia Política Prática* [1828], voltado aos homens de estado, produtores e intelectuais em geral. Como todas essas obras tratam da mesma doutrina, na exposição que faremos da economia de Say utilizaremos o *Tratado* como fonte principal, mas com apoio de todas essas fontes citadas acima.

Antes de examinar o conteúdo do *Tratado*, devemos observar que durante a vida de seu autor ele foi publicado em cinco edições, com um espaço maior entre a primeira e a segunda, devido à censura imposta por Napoleão. Sendo assim, as edições mais recentes incorporam material resultante da interação com autores como Malthus, Ricardo, Sismondi e outros, o que dificulta a apreciação a respeito de quem influenciou quem em relações a alguns assuntos⁶.

Ao contrário do manual de Germain Garnier, que dividia a análise em indivíduos, nações e governos, a estrutura que Say dá ao *Tratado* segue diretamente a concepção plutológica de economia, que nos é familiar desde nosso estudo de Cantillon e os fisiocratas. Como a Economia diz respeito à riqueza, e esta passa por um ciclo de vida, o livro é dividido em três partes, de acordo com o esquema herdado pelos precursores: produção, distribuição e consumo de riqueza. O foco da análise, que ocupa a maior parte do livro, é na produção. Contrariando os fisiocratas, Say toma o cuidado de não atribuir a nenhum setor específico o status de fonte original de riqueza. Contudo, dá atenção especial à indústria manufatureira, seguindo os passos de Smith.

Say difere deste último, porém, no que diz respeito à natureza da riqueza: se para o escocês a riqueza se manifesta em bens materiais, o francês dá um passo rumo a uma concepção mais subjetivista, definindo riqueza como produção de utilidade, o que inclui os serviços imateriais. Isso não implica que Say adote a teoria subjetiva do valor. Seu tratamento dessa questão é eclético, próximo à concepção marshalliana de equilíbrio parcial, pois o valor não é reduzido a uma única causa, no caso, utilidades. Listam-se em vez disso os diversos fatores determinantes do preço de um bem.

Além disso, embora saliente a importância da utilidade para o valor e sua análise da teoria da demanda seja próxima à abordagem moderna, exceto pela ausência do elemento marginal, Say utiliza o conceito de utilidade para fins plutológicos, não catalíticos: o valor serve fundamentalmente para agregar riqueza, que em seguida assume vida própria, passando pelo ciclo de criação, distribuição e destruição. As trocas em si não gerariam valor, sendo o comércio visto apenas como a indústria de transporte de bens. O exame da produção se encerra com a discussão da moeda, o bem que facilita as trocas daquilo que é produzido.

Os fenômenos de mercado, por sua vez, são na sequência associados somente ao problema da distribuição da riqueza entre as classes dos produtores. Por fim, por mais que Say repita que a razão de ser da riqueza é satisfazer necessidades, a concepção plutológica de Say identifica

⁶ Neste trabalho optamos pela sexta edição francesa, publicada em 1841, que contém notas e correções feitas pelo filho do autor, Horace Say. Não faremos, portanto, uma análise da evolução do texto ao longo das edições.

consumo com destruição de riqueza, que é condenada moralmente. O paternalismo sobre a escolha entre consumo presente e futuro domina a análise rival, na qual as preferências atuam sobre o sistema de preços na determinação dessa escolha, como seria enfatizado na concepção catalática.

Apresentada a estrutura geral, passamos aos elementos particulares importantes para nossa análise, separadas em teoria econômica geral e teoria econômica relativa ao estado, conforme a nossa proposta de análise enunciada no primeiro capítulo.

1.1.2.1. A Teoria Econômica Geral em Say: o industrialismo

No primeiro capítulo do *Tratado* a utilidade, definida por Say (1941, p. 57) como a “faculdade que certas coisas têm de satisfazer as várias necessidades dos homens”, é apresentada como o primeiro fundamento do valor dos bens. A utilidade destes determina em última análise quanto o consumidor está disposto a pagar por eles.

O valor, porém, não é noção estritamente subjetiva. Em seu *Catecismo*, Say (1836, p. 30) aponta que a utilidade das coisas varia conforme o local e país, mas deixa de mencionar as variações entre pessoas ou ainda conforme a escassez, excluindo a criação de valor pela troca entre pessoas com preferências diferentes. No *Curso Completo*, por sua vez, Say (1840, p. 70) argumenta que se um consumidor avalia sua casa em cem mil francos, isso não implica que esse seja o seu valor: “Para um valor ser riqueza, deve ser um valor reconhecido, não apenas pelo possuidor, mas por qualquer outra pessoa”.

A circunscrição da categoria valor ao preço de equilíbrio (valores de trocas reconhecidos e efetivamente pagos nos mercados) tem em Say a motivação dada pela necessidade de definir a riqueza em termos de uma medida única, expressa em valores monetários: a produção é definida como criação de utilidade e a riqueza produzida é representada pelo seu valor objetivado no momento da troca.

Encontramos no autor duas justificativas para que o valor, embora derivado da utilidade, seja objetivo: um metodológico e outro relativo à justiça. Como vimos no capítulo dedicado à metodologia, Say acredita que ciência requer medição. A mesma idéia se repete em suas *Cartas a Malthus* (1821, p. 49): a riqueza não seria objeto de análise científica se o valor fosse algo impossível de ser definido de forma precisa. Quanto ao segundo argumento, o autor acredita que trocas com valores diferentes do preço de equilíbrio seriam injustas. Um viajante forçado a trocar seu cavalo cansado por outro descansado a um preço diferente seria vítima de fraude. Em termos mais gerais, o argumento de justiça é aplicável à exploração de situações de monopólio (1840, p. 82):

Aquele que tenha trazido para minha cidade ou vila um suprimento de sal pode me subtrair qualquer outro meio de provisão desse bem e então me vender sua mercadoria ao preço que quiser. Isso não indica que o valor do sal tenha realmente aumentado. Isso apenas indica que

esse homem está abusando da minha situação e me faz pagar pelo sal além de seu valor. Isso é uma espoliação.⁷

A teoria objetiva do valor utilidade, como revela o segundo capítulo do *Tratado*, tem a função de contrariar a doutrina fisiocrata que confere exclusividade à agricultura na geração de excedente de valor. Se produção for criação de utilidade e o valor se manifesta nas trocas como igualdade entre o recebido e o abdicado, todas as atividades produtivas teriam igual importância em termos de geração de riqueza. Pela mesma razão, os serviços ou “bens imateriais” não devem ser excluídos pelo conceito de riqueza. Para Say (1841, p. 124) não seria razoável que o talento do pintor seja produtivo e o do músico não.

Say classifica as atividades produtivas em três ramos: agricultura, dedicada a extrair objetos úteis da natureza; manufatura, dedicada a transformar algo para adaptá-lo às nossas necessidades e o comércio, que coloca utilidades à disposição do consumidor.

Se tomarmos a produção como geração de utilidade, o trabalho (chamado por Say de “indústria”) realizado nos dois últimos setores seria tão produtivo quanto aquele aplicado na agricultura, ao contrário do que pensavam os “economistas do século XVIII”. Para Say (1841, p. 62):

A indústria comercial contribui para a produção tanto quanto a indústria manufatureira, ao aumentar o valor de um produto transportando-o de um lugar para outro. Um quintal de algodão do Brasil adquiriu a faculdade de poder servir, e vale mais em uma loja da Europa do que em uma loja de Pernambuco.⁸

O comércio é, portanto, visto essencialmente como a indústria de transporte de bens, um componente dos custos produtivos. Qualquer valor recebido que não tenha sido fruto de alguma atividade produtiva seria ilegítimo para Say (1841, p. 353): “uma espoliação da qual é culpado: não há meio termo”.

Isso entra em choque direto com a concepção catalática de Condillac, que, como vimos, ao adotar uma teoria subjetiva do valor, acredita que a troca em si gera utilidade, visto que os bens trocados teriam valores diferentes para pessoas diferentes.

A objeção a Condillac apresentada por Say consiste em restringir por definição o conceito de valor ao preço de equilíbrio, uma propriedade objetiva do bem ou serviço que é definido como riqueza, barrando por princípio a possibilidade de valores subjetivos diferentes para agentes diferentes. De fato, para Say (1841, p. 63) a tese de Condillac seria errônea...

... pois sendo uma venda uma troca na qual se recebe uma mercadoria, dinheiro, por exemplo, em troca de outra mercadoria, a perda que cada um dos contratantes teria com uma

⁷ *Celui que a apporté dans ma ville ou dans mon village une provision de sel, peut me ravir tout autre moyen de m'en pourvoir, et il me vendra alors sa marchandise le prix qu'il voudra. Cela n'indique pas que la valeur du sel ait réellement haussé; cela indique seulement que cet homme abuse de ma situation, et me fait payer le sel au-delà de sa valeur. C'est une spoliation.*

⁸ *L'industrie commerciale concourt à la production de même que l'industrie manufacturière, en élevant la valeur d'un produit par son transport d'un lieu dans un autre. Un quintal de coton du Brésil a acquis la faculté de pouvoir servir, et vaut davantage dans un magasin d'Europe que dans un magasin de Pernambuco.*

compensaria o ganho que ele teria com a outra, e não haveria na sociedade valor produzido pelo comércio.⁹

É curioso recordarmos que o próprio Condillac antecipara que essa objeção seria devida à confusão induzida pela existência da moeda, pois cotações efetivamente pagas em moeda, objetivas, mascaram o fato de que trocas envolvem valorações subjetivas diferentes, conforme cada um dos participantes nas trocas.

De todo modo, a rejeição do referencial de Condillac por Say marca daqui em diante a consolidação da perspectiva plutológica nos escritos da maioria dos economistas da escola clássica francesa. A despeito do papel maior que a utilidade desempenha em suas teorias, os clássicos franceses a partir de Say fazem parte da longa tradição de autores que atribuem igualdade de valor nas trocas, concepção que os aproxima dos clássicos ingleses e os distingue de outros precursores continentais da revolução marginalista.

Depois de classificar os tipos de produção e estabelecer que todos eles constituem formas de riqueza, o autor passa ao exame dos três fatores utilizados na produção de riqueza: a indústria humana, o capital e os agentes naturais.

O primeiro fator, a indústria, é por sua vez classificado em três categorias: os trabalhos do cientista, do empresário e do executor. O *Catecismo* (1836, p. 44) resume bem a função de cada tipo de indústria:

1 As pesquisas do cientista; 2 a aplicação do conhecimento adquirido às necessidades dos homens, incluindo a coleta dos meios de execução e a direção da execução em si; que forma a tarefa dos empresários da indústria; 3 o trabalho de agentes secundários, como os trabalhadores, que vendem seu tempo e trabalho sem se interessar pelo resultado.¹⁰

Alguns aspectos dessa classificação devem ser salientados. Em primeiro lugar, Say trata os diferentes tipos de agentes em cada indústria como categorias analíticas e não como classes sociais: um mesmo indivíduo pode desempenhar simultaneamente várias dessas funções. Em segundo lugar, a obra do autor revela a crença no modelo industrialista francês segundo o qual a ciência pura antecede e é principal fator causal das inovações industriais, em contraste com a concepção alternativa que prioriza os incentivos a inovação derivados de arranjos institucionais adequados para tal. A própria experiência de Say como empresário no setor de algodão ilustra essa concepção. Segundo Teilhac (1927, p. 24), Say, antes de montar sua fábrica, aprendeu sobre novas máquinas agrícolas em uma exposição no *Conservatoire des Arts et Métiers*. Em terceiro lugar, o espaço maior para a utilidade na definição de produção induz o autor a não se limitar ao trabalho físico, incluindo na categoria de indústria também o trabalho intelectual e empresarial.

⁹ *C'est une erreur; car une vente étant un échange où l'on reçoit une marchandise, de l'argent, par exemple, en retour d'une autre marchandise, la perte que chacun des contractans ferait sur l'une des deux, compenserait le gain qu'il ferait sur l'autre, et il n'y aurait point dans la société de valeur produite par le commerce.*

¹⁰ 1° *Les recherches du savant; 2° l'application des connaissances acquises aux besoins des hommes, en y comprenant le rassemblement des moyens d'exécution et la direction de l'exécution elle-même; ce qui forme la tâche des entrepreneurs d'industrie; 3° le travail des agens secondaires, tels que les ouvriers, qui vendent leur temps et leurs peines, sans être intéressés dans le résultat.*

Devemos agora tratar do papel da atividade empresarial nos textos de Say. Say (1841, p. 79) especula que os economistas ingleses não foram capazes de separar as funções do capitalista e do empresário por sequer possuírem em inglês um termo para este último. Ao destacar a importância da atividade empresarial, o autor é tido como precursor da análise austríaca sobre o tema. O empresário de Say (1841, p. 79; 1826, p. 7) é de fato o trabalhador ativo, que assume riscos, cria produtos novos e reduz custos por meio de novos métodos produtivos.

O uso da perspectiva plutológica, no entanto, fez com que o empresário seja tratado em essência como um administrador de empresas. Em contraste com Cantillon, cuja obra atribui importância maior ao problema alocativo, a essência da atividade empresarial para Say não é antecipar condições futuras cambiantes, mas organizar a produção. O lucro empresarial, desse modo, não seria fenômeno de desequilíbrio que reflete capacidade de antecipar o futuro, como na concepção austríaca moderna, mas se manifesta como um custo de um tipo específico de trabalho ou indústria.

Como os três fatores empregados nos três tipos de atividades produtivas têm como objetivo gerar utilidade, as diferenças entre eles assumem importância menor: o capital seria apenas uma forma complicada de tirar partido de forças da natureza, assim como a terra pode ser considerada como um tipo de máquina. O conceito de capital humano, por exemplo, aparece claramente no *Tratado* (p. 126): habilidade produtiva é fruto de estudo, que depende de adiantamentos, o que caracteriza o fenômeno como capital.

Por não perder de vista o propósito da indústria, a satisfação de necessidades, Say vê com bons olhos a introdução de inovações empresariais, que reduzem a quantidade de trabalho necessária para obter uma mesma coisa útil. O progresso técnico seria então parte central do fenômeno competitivo, como elaborará mais tarde Bastiat. Como veremos no próximo capítulo, um aspecto importante da economia deste último autor é derivado da noção de que de que o uso de capital e o progresso técnico envolvem substituição de trabalho oneroso pelos serviços gratuitos de forças naturais. Como elabora Say em seu *Catecismo* (1836, p. 78):

Não há outra maneira de aproveitar mais os instrumentos da indústria? Sim, consiste em substituir instrumentos caros por outros que nos são oferecidos gratuitamente pela natureza: como quando o grão é moído pela força da água ou do vento, em vez de ter esse trabalho realizado por braço dos homens. Esta é a vantagem geralmente obtida pelo serviço de máquinas.¹¹

Uma inovação barateia a produção, liberando recursos produtivos. O preço menor possibilita o atendimento de novas demandas e a liberação de recursos, por sua vez, permite que estes sejam ofertados.

Say (1841, p; 89) descreve o processo competitivo em duas fases: na primeira os inventores ganham com a redução de custos, mas logo são imitados pelos competidores, beneficiando em última análise os consumidores através da redução nos preços. A evidente semelhança com a

¹¹ *N'y a-t-il pas une autre manière de tirer plus de parti des instrumens de L'industrie? Oui: elle consiste à remplacer des instrumens coûteux par d'autres qui nous sont offerts gratuitement par la nature : comme lorsqu'on fait moudre le grain par la force de l'eau ou du vent, au lieu de faire exécuter ce travail par des bras d'hommes. C'est l'avantage qu'on obtient ordinairement par le service des machines.*

descrição schumpeteriana dos mercados não é casual: como nota Machovec (1995), o conceito de competição passou por significativa transformação ao longo da evolução da Economia: antes da consolidação do modelo de competição perfeita, em particular entre os economistas clássicos, a competição enfatiza inovação, tal como na descrição posterior de Schumpeter.

O processo de “destruição criativa” descrito por Say, por sua vez, contrasta com as opiniões de Sismondi (1819). Para Say, o desemprego causado por novas máquinas não gera problemas significativos devidos a uma série de razões: a mudança tecnológica seria gradual; a instalação de novas máquinas requer trabalho; os consumidores se deparam com preços menores, deslocando a demanda para outros bens; no próprio setor em geral cria-se maior demanda por trabalho, como ilustra a indústria moderna de material impresso e, por fim, a proibição da inovação seria inútil, uma vez que seria adotada em outro lugar, fazendo com que a competição acabe por deslocar a tecnologia antiga de qualquer modo. Say (1841, p. 90) ilustra o efeito final do processo por meio do exemplo da introdução de moinhos:

Os antigos não conheciam os moinhos: em seus dias eram os homens que trituravam o trigo do qual o pão era feito; estima-se que a água que move um moinho seja equivalente à força de cento e cinquenta homens. Agora, os cento e cinquenta homens que os antigos foram obrigados a empregar a mais do que nós, no lugar de cada um de nossos moinhos, podem tanto hoje quanto antigamente encontrar sustento, já que o moinho não diminuiu os produtos da sociedade; e, ao mesmo tempo, sua indústria pode ser aplicada à criação de outros produtos que se dá em troca pelo produto do moinho e, assim, multiplicando assim a massa das riquezas.¹²

Os capítulos que explicam como o capital aumenta a capacidade de produção de riqueza seguem a tradição dos precursores que estudamos no capítulo anterior: o capital é um fundo expresso em termos monetários, independente da depreciação dos bens de capital concretos, esse fundo é utilizado como um adiantamento para pagar fatores produtivos antes da maturação da produção, a formação do capital é derivada da poupança aplicada de forma produtiva, os produtores conhecem as alternativas de uso do capital melhor do que as autoridades e, por fim, o lucro seria proporcional ao tempo de produção.

Um elemento característico do pensamento de Say (1841, p. 122) sobre capital é a ênfase no aspecto moral associado à decisão de poupar em vez de dissipar riqueza em gastos improdutivos:

As Madonas, os santos dos países supersticiosos, os ídolos generosamente adornados e pomposamente servidos pelos povos do Oriente, não fertilizam empreendimentos agrícolas ou manufatureiros. Com as riquezas que os cobrem e o tempo que se perde em solicitar favores, poder-se-ia realmente obter os bens que essas imagens não concedem a preces estéreis.¹³

¹² *Les anciens ne connaissaient pas les moulins : de leur temps c'étaient des hommes qui broyaient le froment dont on faisait le pain; on estime que la chute d'eau qui fait aller un moulin, équivaut à la force de cent cinquante hommes. Or, les cent cinquante hommes que les anciens étaient forcés d'employer de plus que nous, en place de chacun de nos moulins, peuvent de nos jours trouver à subsister comme autrefois , puisque le moulin n'a pas diminué les produits de la société; et en même temps leur industrie peut s'appliquer à créer d'autres produits qu'elle donne en échange du produit du moulin, et multiplie ainsi la masse des richesses.*

¹³ *Les madones, les saintes des pays superstitieux , les idoles richement ornées et pompeusement servies des peuples de l'Orient , ne fécondent point d'entreprises agricoles ou manufacturières. Avec les richesses qui les couvrent, et le temps qu'on perd à les solliciter, on se procurerait en réalité les biens que ces images n'ont garde d'accorder à de stériles prières.*

É importante ainda apontar a causa pela qual riqueza permaneceria ociosa. Para Say (1841, p. 121-122), a riqueza é escondida dos “olhares ávidos do poder” em países sem garantias de direitos de propriedade. A incerteza no que diz respeito aos investimentos, na concepção do autor, tem causas institucionais.

Assim como ocorre com Smith, a economia em Say privilegia a análise institucional. No capítulo dedicado aos direitos de propriedade, encontramos uma diferença significativa em relação aos fisiocratas e a defesa destes da propriedade privada como um direito natural. Say deixa aos filósofos, juristas e cientistas políticos a discussão sobre os fundamentos dos direitos de propriedade, se concentrando no lugar em seu efeito econômico. Quando tal direito é garantido de fato e não apenas nominalmente, ele seria “o mais poderoso encorajamento à multiplicação de riquezas” (1841, p. 133), seja pela certeza de fruição dos rendimentos dos fatores possuídos, pelo conhecimento maior que os agentes possuem a respeito de seu emprego ou ainda pelo interesse maior em sua conservação, em relação a terceiros.

A violação dos direitos de propriedade, em contraste, ocorre mediante confisco, estabelecimento de normas que ditam usos obrigatórios da propriedade, proibições de comércio ou impostos extorsivos que inviabilizem a produção. O uso legítimo da intervenção, por sua vez, se restringe a alguns casos que hoje associamos às externalidades, como o temor com esgotamento de rios e florestas. A maneira como a propriedade é garantida ou violada faz parte da análise de comparação institucional empreendida por Say e demais economistas franceses. Entretanto, o exame desse tópico será adiado até a próxima seção, dedicada ao estudo da relação entre economia e estado.

O *Catecismo* (1836, p. 76) resume bem a importância dos fatores institucionais e físicos que levam a um aumento da prosperidade das nações, livre dos limites imaginados pelos fisiocratas:

Quais são as causas do progresso da indústria? Entre essas causas, há aqueles que agem de maneira geral, como o progresso do conhecimento humano, as boas leis, a boa administração do país. Outros agem mais imediatamente: como a divisão do trabalho, um melhor uso dos instrumentos utilizados pela indústria e, especialmente, os agentes naturais cuja ajuda é livre.¹⁴

Devemos tratar agora do famoso capítulo 15 do *Tratado*, intitulado *Os Mercados*. O exame completo da controvérsia em torno da “lei de Say”, porém, fugiria ao escopo deste trabalho. Em primeiro lugar, pela sua extensão: como nota Sowell (1972), o tema envolve dois debates distintos. O primeiro no século dezanove em torno da possibilidade de superprodução (*general glut controversy*) que opunha Say, Ricardo e James Mill a Sismondi e Malthus e o segundo, no século vinte, iniciado por J. M. Keynes, em torno da proposição segundo a qual “a oferta gera sua própria demanda”.

¹⁴ *Quelles sont les causes auxquelles il faut attribuer les progrès de l'industrie? Parmi ces causes, il s'en trouve qui agissent d'une manière générale, comme les progrès des connaissances humaines, les bonnes lois, la bonne administration du pays. D'autres agissent plus immédiatement: telles que la division du travail, un emploi mieux entendu des instrumens dont se sert l'industrie, et particulièrement des agents naturels dont le secours est gratuit.*

Examinar e interpretar o que cada autor disse a respeito exigiria centenas de páginas¹⁵. Em segundo lugar, tal exame tem pouca relação com a Economia de Say, que é nosso objeto de estudo. De fato, como nota Baumol (1999, págs. 195 e 200), a característica mais notória sobre a discussão da “lei de Say” é a falta de concordância sobre o seu significado, ao mesmo tempo em que é consensual na literatura que a caracterização feita por Keynes não reflete as ideias de Say de forma acurada. Com efeito, boa parte da discussão do assunto se refere a temas tratados pela teoria macroeconômica do século vinte, não abordados por Say no capítulo em questão. Por isso, centraremos nossa atenção no que o autor pretende discutir, fornecendo ao mesmo tempo somente algumas evidências que contrariam afirmações comumente atribuídas ao autor.

A leitura do curto capítulo 15 revela claramente seu objetivo: criticar crenças mercantilistas sobre causas da prosperidade dos países. O texto inicia com menção aos empresários que demandam proteção e abundância de dinheiro como soluções para o aumento de suas vendas.

Ambiguidades sobre o contexto da crítica para leitores do século seguinte desapareceriam se o autor utilizasse a distinção entre curto e longo prazo. Essa distinção, porém, não é feita, pois os argumentos criticados não são expostos como se aplicáveis ao curto prazo apenas e, além disso, observações do autor a respeito das crises se encontram espalhadas ao longo da obra, não existindo nenhum capítulo dedicado à discussão das causas das flutuações econômicas. Apenas a partir da obra de Courcelle-Seneuil os livros dos economistas da escola passam a conter capítulo sobre esse tema.

Voltando à exposição do capítulo, a crítica à crença de que a moeda possa ser fonte de riqueza, porém, é ilustrada por Say (1841, p. 139) pela comparação entre a prosperidade da França na época de Say com o “miserável reinado de Carlos VI”, apontando desse modo o contexto próprio do argumento: a discussão das causas da prosperidade das nações. Todos os demais exemplos oferecidos, adicionalmente, dizem respeito ao contraste entre livre comércio e protecionismo em geral ou sobre a definição de produção em termos de geração de utilidade. A impressão de que a discussão se aplica em qualquer horizonte temporal e que, portanto, exclui teoricamente a existência de flutuações decorre da ambiguidade inerente às frases escolhidas pelo autor para retratar a tese criticada, como “a venda vai mal porque o dinheiro é raro” (p. 139), que pode ser interpretada em termos de conjuntura de curto prazo.

O argumento central de Say contra a tese de que a moeda geraria prosperidade é baseado no mesmo esquema que já nos é familiar: um bem ou serviço útil é produzido, assume status de riqueza a partir da aquisição de valor nos mercados, se tornando assim fonte de renda real para aquisição de outras coisas úteis. No que tange ao poder de compra em uma sociedade, este depende da capacidade de ofertar outros bens em troca, não da quantidade de dinheiro envolvido nas transações. Adiemos por um instante a discussão de Say sobre o dinheiro não colocado em circulação.

Dessa tese Say deriva quatro conclusões, que revelam de fato o que está sendo discutido. A primeira afirma que em uma dada nação a facilidade das vendas depende da prosperidade dos

¹⁵ Para uma análise dos debates, ver Sowell (1973), Baumol (1999), Thweatt (1979) e para uma avaliação em português da controvérsia entre Say e Sismondi, simpática a este último, ver Arthmar (2009).

demais membros da sociedade. Dessa maneira, a dificuldade de vender seria derivada de fatores que geram empobrecimento, ou seja, que subtraem poder real de compra. Além de desastres naturais, “avidéz e imperícia” dos governos são listadas como causa (1841, p. 143). Uma intervenção do governo que restringe o processo de produção de riqueza em um setor bloqueia a criação de renda, que poderia ser utilizada no setor que reclama de falta de demanda.

Uma ilustração dessa explicação pode ser encontrada nas *Cartas a Malthus*, nas quais Say (1821, p. 13) argumenta que as restrições empobrecem e ao mesmo tempo geram a demanda por outras restrições para remediar o mal original, como um doente que amaldiçoa sua doença, mas se recusa a abandonar os excessos que o causaram. Como acontece com alguma frequência na obra de Say, o exemplo menciona o Brasil:

Brasil, esse vasto país, tão favorecido pela natureza, poderia absorver cem vezes mais mercadoria inglesa do que agora é em vão prá lá enviado sem encontrar um mercado; mas para isso primeiro seria necessário que o Brasil produzisse tudo o que é capaz de produzir. Mas como esse desventurado país poderia atingir esse objetivo? Todos os esforços dos cidadãos estão paralisados pelo governo. Se algum ramo de sua indústria oferece perspectiva de ganho, ele é imediatamente apreendido e sufocado pela mão do poder. Alguém encontra uma pedra preciosa, ela é tirada dele. Belo encorajamento para o exercício de indústria produtiva com a finalidade de comprar com seus produtos as mercadorias europeias!¹⁶

A segunda conclusão é igual a primeira, só que aplicada à relação entre setores. Assim como um homem de talento que não se desenvolve em região em declínio encontraria muitos empregos em uma região próspera, também os setores agrícolas, industrial e comercial prosperam quando os demais prosperam. Isso mostraria a futilidade em tratar uma nação como agrícola, manufatureira ou comercial, como ocorre com aqueles que confundem as simplificações adotadas no argumento sobre vantagens comparativas com o argumento em si, como se tais vantagens pudessem ser identificadas pelo analista e fossem homogêneas dentro de setores arbitrariamente definidos.

A terceira conclusão volta a tratar do comércio internacional: assim como a venda de um setor depende da produção real dos demais, as nações se beneficiam mutuamente do comércio internacional. Say coloca isso em termos provocativos para o pensamento mercantilista: a importação de produtos estrangeiros favoreceria a venda de produtos nativos.

Finalmente, na quarta conclusão Say se mostra contrário a políticas de estímulo a um setor específico. A condenação é feita em termos do mesmo princípio explanatório explicitado acima, que requer a geração de utilidade para que algo seja vista como riqueza. Para ilustrar o que o autor tem em mente, a exigência napoleônica de que visitas à corte devam usar trajés rendados apenas faz com que os ganhos dos bordadores sejam compensados pela perda dos cortesões, apenas um deslocamento entre atividades.

¹⁶ *Brazil, that vast country, so favoured by nature, might absorb a hundred times as much English merchandize as is now vainly sent there without finding a market; but it would first be requisite that Brazil should produce all that it is capable of producing; and how is that wretched country to attain that desirable object? All the efforts of the citizens are paralyzed by the government. If any branch of industry offers there the prospect of gain, it is instantly seized and stifled by the hand of power. Does any one find a precious stone, it is taken from him. Fine encouragement this to exert productive industry for the purpose of buying with its produce European merchandize!*

A argumentação de Say ignora a possibilidade de entesouramento? No capítulo imediatamente seguinte aquele no qual a “lei de Say” é exposta, o autor trata das vantagens da rápida circulação do dinheiro. Quanto mais tempo o dinheiro de uma venda ficar retido em um empreendimento, menos esse capital pode ser investido em algum uso produtivo, de forma que todos têm o interesse em fazer o dinheiro circular rapidamente. O processo é novamente ilustrado através do comércio de algodão entre Brasil e Europa, do qual se descreve as diversas etapas nas quais o dinheiro poderia sair de circulação.

Se a circulação rápida é vantajosa, por que então alguém deixaria seu capital ocioso? Vários fatores são listados como empecilhos, entre os quais a incerteza a qual empreendedores estão sujeitos. Esta, por sua vez, é associada explicitamente a fatores institucionais, como guerras, embargos, dificuldades de quitação de valores e impostos altos e numerosos, que fazem com que as faculdades individuais sejam escondidas de espoliação e os empresários sejam forçados a abdicar dos juros obtidos com empregos produtivos de seus recursos. Em vez de incapacidade de se obter conhecimento certo sobre futuro em mercados financeiros, como na tese de Keynes, temos uma explicação alternativa, em termos dos efeitos de intervenções prévias sobre o ambiente de negócios e, portanto, sobre as expectativas.

Quanto a possíveis efeitos da moeda sobre o produto no curto prazo, tampouco Say adere à tese da neutralidade da moeda ou silencia a respeito. Antes de constatar essa afirmação, passamos a discussão da moeda em geral, que encerra a parte dedicada à produção de riqueza do *Tratado*.

Na obra de Say, assim como ocorre nos textos de seus precursores e seguidores, a moeda é discutida entre produção e distribuição da riqueza. No referencial plutológico empregado por Say, a discussão do tema se inicia com a reafirmação da preponderância da produção sobre as trocas, estas últimas desempenhando o papel subsidiário de favorecer a expansão da primeira. Para que essa função seja realizada, seria necessária uma mercadoria divisível que servisse como intermediária nas trocas, para que a igualdade de valores seja preservada.

Contrariando a crença de que a moeda seria criação consciente dos governantes, porém sem explicitar a tese oposta sobre a evolução da moeda, Say (1841, p. 243) afirma que seria o costume e não a autoridade que determina a mercadoria que é aceita como moeda. O costume, por seu turno, se fixa tendo em vista as vantagens do uso dos metais preciosos.

A análise das funções da moeda é seguida pela investigação de seu valor. Assim como a moeda não é criação consciente de governantes, tampouco seu valor é arbitrário, dependendo, pelo contrário, da interação entre oferta e demanda em um mercado monopolizado pelo estado. Esse valor, para Say (1841, p. 248) diminuiria com o aumento da quantidade de moeda em circulação e também com o aumento da produção de riqueza. Por mais que ocorram abusos governamentais derivado desse monopólio, com ganhos superiores à senhoria necessária para cobrir os custos de produção de moeda, a provisão estatal da moeda é defendida em termos da confiança gerada pela fabricação de um bem homogêneo.

O estudo dos determinantes do valor da moeda por sua vez leva ao exame da depreciação desse valor pela ação dos governos. Depois de historiar a busca por receitas não tributárias que dão

origem a depreciação do valor da moeda, Say (1841, p. 248) assinala o caráter fraudulento de tais operações: “É impossível ver em todos os príncipes que recorreram a esses recursos miseráveis outra coisa além de falsários armados com o poder público”.

Sobre as tentativas de controle do valor da moeda, Say discute a Lei de Gresham, segundo a qual a moeda subvalorizada internamente é reservada para pagamentos externos, permanecendo a moeda sobrevalorizada internamente para pagamentos locais. O estabelecimento de taxa fixa de conversão entre ouro e prata no bimetalismo em ambiente no qual a quantidade de ambos os metais varia continuamente é condenado por Say (1841, p. 259): “a natureza das coisas é mais forte do que as leis”.

Como o papel moeda é empiricamente aceito pela população e Say estabelece que é o costume que dita a natureza monetária de um bem, Say conclui (cap. 26) que o papel moeda é moeda genuína e não apenas um signo representativo da mesma, como seriam notas promissórias e letras de câmbio.

Dado o caráter alegadamente empírico e realista de sua Economia, Say enfatiza o caráter necessariamente volátil da moeda, que o leva a rejeitar seu uso como medida de valor. O autor é cético e recomenda cuidado em relação a comparações de valores monetários em épocas e locais distintos. Say rejeita então a busca ricardiana por uma medida invariável de valor: nem a moeda, nem o trabalho forneceriam base estável que permitam a comparação de valores fora do contexto de trocas concretas. Sua abordagem não emprega, dessa forma, discussões de relações entre agregados, preferindo no lugar o uso de ilustrações históricas concretas e desagregadas dos princípios teóricos estudados.

A aderência à tese que atribui aumentos de preços à expansão monetária, aliada a antipatia por abordagens agregadas, o levam a investigar efeitos da moeda sobre a economia real. Em especial com o advento do papel moeda, Say (1841, p. 271) descreve o impulso inicial sobre os negócios provocado pela facilidade de criar nova moeda, já que as pessoas não guardariam dinheiro, não hesitariam em fazer compras e iniciar novos negócios:

O período inicial de vigência do sistema de Law, sob a regência, foi brilhante. O mesmo pode ser dito dos primeiros dias dos *assignats* [moeda fiduciária] na Revolução Francesa. E a agricultura, a manufatura e comércio da Grã-Bretanha aumentaram muito nos anos seguintes à suspensão dos pagamentos em espécie pelo Banco da Inglaterra.¹⁷

Novamente, levando-se em conta os contextos originais dos argumentos do autor, a atribuição a Say de crença na neutralidade da moeda por parte dos macroeconomistas do século vinte não se sustenta.

Se para o autor a moeda não é neutra, tampouco seria ferramenta eficaz de estímulo. O estímulo causado pela moeda, na opinião do autor, seria passageiro, mediante a falta de confiança no poder público diante da continua desvalorização da moeda. Agentes racionais, movidos pelo auto-interesse, modificam suas expectativas de acordo, neutralizando desse modo os efeitos da

¹⁷ *Les commencemens du système de Law, sous la régence, furent brillants ; on en put dire autant des premiers temps des assignats dans la révolution française ; et l'agriculture, les manufactures et le commerce de la Grande-Bretagne, prirent un grand essor dans les années qui suivirent la suspension des paiemens en espèces de la banque de d'Angleterre.*

expansão inicial. Para Say (1841, p. 267), considerando o processo como um todo, a expansão monetária gera mais malefícios que vantagens:

E não se deve pensar que os governos perdem uma vantagem valiosa ao perder o prazer de enganar. A astúcia só lhes serve por um período de tempo bem curto, e acaba causando-lhes mais mal do que qualquer lucro obtido. Nenhum sentimento no homem mantém sua inteligência tão desperta quanto o interesse pessoal; até das pessoas mais simples. De todos os atos da administração, aqueles que conseqüentemente menos conseguem enganar são aqueles que afetam o interesse pessoal. Se esses atos tendem sutilmente a propiciar recursos à autoridade, os indivíduos não se deixarão levar; se fazem um mal do qual os indivíduos não podem se proteger, como quando implicam em uma quebra de confiança, por mais artisticamente disfarçados que forem, logo serão notados; da opinião se que formará de tal governo, a imagem de trapaça se unirá à da infidelidade, e perderá a confiança com a qual se faz coisas muito maiores do que com um pouco de dinheiro adquirido através de fraude. Muitas vezes apenas os agentes do governo que se aproveitam da injustiça cometida contra o povo. O governo perde a confiança e são esses agentes que lucram; que coletam o fruto da vergonha que eles fizeram recair sobre a autoridade.¹⁸

Além das mudanças de expectativas subtraírem a capacidade dos governos obter recursos via expansão monetária, para Say essa expansão atrapalha as avaliações dos valores e afetam a moral do povo, favorecendo os espertos em detrimento dos honestos e estimula o roubo e a fraude.

Estamos em condições agora a passar para o segundo elemento do esquema explanatório de Say, relativo à distribuição da riqueza. Como afirmamos na introdução do nosso trabalho, a perspectiva plutológica nas mãos de Say consolida a prática, mais tarde repetida por J. S. Mill, de tratar da teoria dos preços apenas depois da discussão da produção, com o objetivo de estudar como a produção é repartida entre os indivíduos que exercem diferentes funções econômicas, sem tratar como a produção e distribuição se relacionam com o problema alocativo. A tensão entre a estrutura plutológica e os elementos subjetivos caracteriza a forma e os usos da teoria dos preços na obra de Say. Embora trate em essência da distribuição de riqueza, Say estuda os fatores determinantes do preço de um bem de modo bem próximo ao modelo de escolha do consumidor, excetuando o elemento marginalista.

Vejamos como o autor contorna as dificuldades inerentes a desconsideração do elemento marginalista. Say (1841, p. 315) distingue inicialmente entre riquezas naturais (bens livres) e riquezas sociais (fruto da produção), sendo estas compostas por objetos aos quais se atribuem preços de mercado. Sobre os preços destes últimos, como o método científico exigiria mensuração e a justiça requereria a igualdade de valor (comprar uma casa e não conseguir

¹⁸ *Et qu'on ne s'imagine pas que les gouvernements perdent un avantage précieux en perdant le plaisir de tromper. L'astuce ne leur sert que pendant un temps bien court, et finit par leur causer plus de préjudice qu'elle ne leur a fait de profit. Nul sentiment dans l'homme ne tient son intelligence éveillée autant que l'intérêt personnel; il donne de l'esprit aux plus simples. De tous les actes de l'administration, ceux en conséquence dont on est le moins la dupe, sont ceux qui touchent à l'intérêt personnel. S'ils tendent à procurer, par la finesse, des ressources à l'autorité, les particuliers ne s'y laisseront pas prendre; s'ils font un tort dont les particuliers ne puissent se garantir, comme lorsqu'ils renferment un manquement de foi, quelque artisement déguisé qu'on le suppose, on s'en apercevra bientôt; dans l'opinion qu'on se formera d'un tel gouvernement, l'idée de la ruse se joindra à celle de l'infidélité, et il perdra la confiance, avec laquelle on fait de bien plus grandes choses qu'avec un peu d'argent acquis par la fraude. Souvent même ce sont les seuls agents du gouvernement qui tirent parti de l'injustice qu'on a commise envers les peuples. Le gouvernement perd la confiance, et ce sont eux qui font le profit; ils recueillent le fruit de la honte qu'ils ont fait rejaillir sur l'autorité.*

revendê-la ao mesmo preço implicaria em pagamento inicial acima do valor justo), Say (1840, p. 356) é forçado a identificar preço de reserva com preço de equilíbrio:

Em nossas considerações sobre o preço atual, devemos supor, a fim de simplificar as questões, que o preço atual é um preço médio entre a maior e a menor taxa. Vamos supor que o preço atual é o preço pelo qual o vendedor é indiferente entre vender e não vender e o comprador entre comprar ou não comprar: este é o termo médio de dois preços que são geralmente muito próximos uns dos outros.¹⁹

Na teoria moderna, as taxas marginais de substituição, decrescentes, de fato convergem para o preço relativo praticado no mercado. Já no modelo usado por Say, como as preferências variam conforme as famílias, é possível falar em preço de equilíbrio intermediário entre preços de reservas diferentes, que coincidiriam em par marginal que determina preço. Isso, naturalmente, não dispensaria a análise dos ganhos mútuos nas unidades inframarginais. Say, no entanto, preserva a crença em valores iguais nas trocas, mesmo tendo derivado a demanda como uma função dos preços a partir de um ordenamento de alternativas.

Na análise de Say, o equilíbrio é determinado pela demanda e oferta. Entre os elementos que influenciam a primeira, Say menciona em primeiro lugar as necessidades, cujas causas não são investigadas pela teoria econômica. A riqueza individual, segundo fator listado, se encaixa no esquema desenvolvido no capítulo sobre os mercados: os indivíduos produzem coisas úteis que adquirem valor nos mercados, determinando o poder de compra de cada um. Quanto às preferências, Say (1841, p. 317) não apenas assinala que os indivíduos “são obrigados a fazer um tipo de classificação de suas necessidades para satisfazer aqueles que ele atribui mais importância em preferência aquelas que atribuem menos”, como também afirma que as escolhas refletem tanto planejamento prévio quanto a força do hábito (1841, 317; 1840, p. 359). As escolhas são feitas sucessivamente ao longo do tempo, até que o consumidor esgote seu orçamento e pare de gastar.

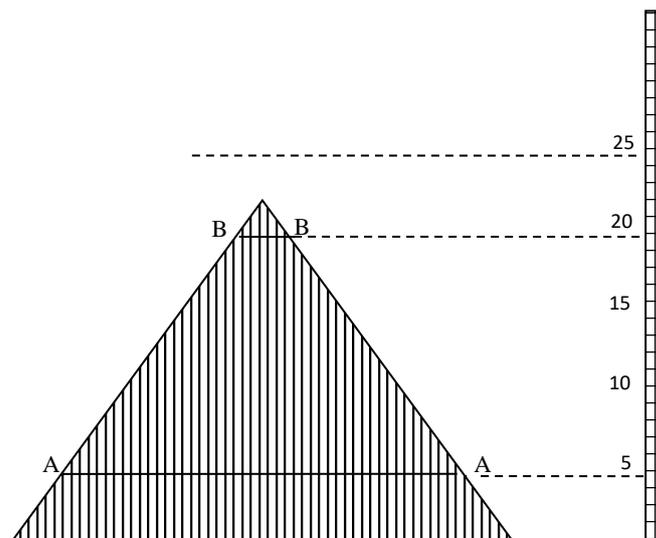
O ordenamento, por sua vez, é comparado com o preço corrente de cada bem. A suposição a respeito dos ordenamentos serve para derivar a demanda. Esta, para Say (1841, p. 319), deve ser vista como uma função dependente dos preços:

E como essa quantidade varia de acordo com o preço pelo qual ela pode ser oferecida, vemos que nunca devemos falar da quantidade demandada sem expressar ou supor que essa restrição seja aceita: pelo preço pelo qual ela pode ser obtida.²⁰

Além dos preços, a demanda varia conforme o número de pessoas e as rendas de cada um. A relação entre demandantes, renda e preços é representada graficamente pela “pirâmide das fortunas” mencionada no *Tratado* (p. 317) e desenhado no *Curso Completo* (p. 361), segundo o modelo que já encontramos no livro de Garnier.

¹⁹ *Dans nos considérations sur le prix courant, nous supposerons, pour simplifier les question, que le prix courant est un prix moyen entre le taux le plus élevé du cours, et le taux le plus bas; nous supposerons que le prix courant est le prix où il est indifférent au vendeur de vendre ou de ne vendre pas; à l'acheteur d'acheter ou de n'acheter pas: c'est le terme moyen de deux prix qui pour l'ordinaire sont fort rapprochés l'un de l'autre.*

²⁰ *Et comme cette quantité varie suivant le prix auquel elle peut être offerte, on voit que l'on ne doit jamais parler de quantité demandée sans exprimer ou supposer convenue cette restriction: au prix où l'on peut se la procurer.*



A escala à direita na figura representa o preço do bem e as linhas verticais do triângulo a renda de cada indivíduo. Os segmentos AA e BB representam o tamanho da demanda aos preços \$5 e \$20, respectivamente. Pirâmides com lados convexos, ou seja, com rendas menos desiguais, seriam os mais felizes do que países com lados côncavos, pelos motivos listados em *Olbie* e elaborados na terceira parte do *Tratado*, dedicado ao consumo de riqueza.

Continuando a análise da demanda, preços maiores implicam em menos consumidores e ao mesmo tempo redução da quantidade demanda de cada um deles. Bens imprescindíveis e bens que facilmente encontram substitutos teriam sua demanda reduzidas segundo taxas distintas. Essa menção ao que será tratado mais tarde como elasticidades é utilizada por Say para a análise dos impostos. Finalmente, a expectativa sobre preço de revenda também é apontada como fator que influi na demanda.

Do lado da oferta, os fatores que induzem um agente a “colocar em circulação”, ou seja, ofertar uma mercadoria seriam seu preço, a expectativa de variação nesse preço e os custos, entendidos como o gasto com os fatores produtivos, que se alteram conforme o período, a localização e a qualidade do produto.

Embora sob competição os preços converjam para os custos no longo prazo, Say rejeita a teoria do valor dada pelos custos apenas. No *Tratado*, Say (1841, p. 322) se contrapõe a Ricardo:

Assim, quando alguns autores, como David Ricardo, disseram que eram os custos de produção que regulavam o valor dos produtos, estavam certos no sentido de que os produtos nunca são vendidos de forma contínua a um preço inferior aos seus custos de produção; mas quando disseram que a demanda pelos produtos não afeta seu valor, me parece que eles incorrem em erro, pois a demanda influencia o valor dos serviços produtivos, e aumentando os custos de produção, eleva o valor dos produtos sem exceder o custo de produção.²¹

²¹ Ainsi, lorsque quelques auteurs, comme David Ricardo, ont dit que c'étaient les frais de production qui réglaient la valeur des produits, ils ont eu raison en ce sens, que jamais les produits ne sont vendus d'une manière suivie à un prix inférieur à leurs frais de production ; mais quand ils ont dit que la demande qu'on fait des produits n'influe pas sur leur valeur, ils ont eu, ce me semble, tort en ceci, que la demande influe sur la valeur des services

No *Curso Completo*, Say (1840, p. 363-364) detalha o argumento, deixando claro que demanda mais elevada pelo bem eleva o valor dos insumos. Temos, portanto, suposição compatível com estrutura de mercado não competitiva nos mercados de fatores. Não se trata, pois, de consideração por elevação de custo de oportunidade gerado pela elevação da demanda por outros produtos que utilizariam o mesmo insumo, explicação compatível com a perspectiva catalática de equilíbrio geral.

Se fizermos uma pausa para avaliar a teoria do valor na obra do autor, fica evidente a presença de inovações comumente atribuídas a Mill e expressas em termos gráficos a partir de Marshall. O pendor empirista de Say e o contexto de equilíbrio parcial contribuem com que Say adote o mesmo tipo de ecletismo de Marshall a respeito dos determinantes do valor (o argumento da tesoura marshalliana), já que o foco é a determinação do preço e não a busca de um fator único que explique os fenômenos associados ao valor. Esse ecletismo de Say se reproduz nas obras de todos os autores da escola francesa, que atribuirão o valor a fatores subjetivos como utilidade e expectativas, mas fazendo o preço convergir em última análise para custos objetivos.

O referencial plutológico, por seu turno, faz com que a teoria de preços seja utilizada apenas na identificação dos fatores determinantes das rendas dos fatores produtivos; ou seja, no estudo da “distribuição” de riqueza, sem que ocorram discussões significativas a respeito de como alocar os recursos em diferentes usos. No sexto capítulo da segunda parte do tratado de Say encontramos breves referências indiretas a esse problema, inspiradas pela preocupação com a equalização dos retornos dos fatores em diferentes empregos, tendência contraposta por fricções de diferentes naturezas, como solo inadequado para cultivo de bens desejados e especificidades do capital. Essas considerações, porém, logo cedem espaço (1841, p. 359) para a condenação dos gastos de luxo das pessoas mais sujeitas “aos ditames ridículos da moda do que as leis eternas da natureza, em que certas pessoas se privam de jantar para poder exibir punhos bordados”. A discussão da distribuição é de fato pautada pela justiça das diferentes formas de remuneração.

Vejamos algumas observações do autor a respeito da distribuição. A indústria dos cientistas seria mal remunerada devido ao baixo custo de replicar descobertas. A recompensa a esse tipo de trabalho seria complementada por honrarias não monetárias. Já o rendimento do empresário, cuja função é essencialmente administrativa, é explicado em termos de oferta e demanda por esse tipo de serviço.

Essa última explicação é algo problemática. Se a atividade empresarial for vista como um fator produtivo com valor determinável, ainda assim seria difícil falar em demanda por esse tipo de serviço, já que aos empresários Say atribui a organização da atividade produtiva e apenas o consumidor “demanda”, indiretamente, seus serviços. Se a atividade empresarial for interpretada como remuneração derivada de conjectura empresarial, como descreve Cantillon, o conceito de demanda por atividade empresarial teria menos sentido ainda. Talvez por esses

productifs, et, en augmentant les frais de production, élève la valeur des produits sans pour cela qu'elle dépasse les frais de production.

problemas Say liste apenas as restrições da oferta de empresários, como o talento administrativo, o risco e a conveniência de possuir algum capital.

Este último fator, analiticamente distinto da atividade empresarial, tem seu rendimento (juros) determinado no mercado de fundos emprestáveis, embora não se faça menção à relação entre preço e oferta, mas apenas as questões morais sobre parcimônia.

A teoria ricardiana da renda da terra, por sua vez, é criticada em termos do foco exclusivo na diminuição da produtividade física, sem consideração pela demanda, ou seja, pelo valor dos produtos agrícolas.

Por fim, o salário dos operários é limitado pelo nível de subsistência, segundo a teoria sobre a dinâmica populacional. A discussão de temas malthusianos é um local propício para mencionarmos um pequeno enigma na evolução da teoria econômica desenvolvida na França: o desaparecimento das menções a Cantillon. Como vimos no capítulo anterior, este último é crucial para o desenvolvimento da economia clássica, e sua influência direta é evidente nos fisiocratas, em Smith e nas obras dos condes Roederer e Garnier, embora estes dois últimos não o citem explicitamente. Apesar de Say retoricamente renegar as obras dos autores anteriores a Smith, seus nomes aparecem em eventuais menções em rodapés. Mas não existe evidência de influência direta de Cantillon ou mesmo algum indício de que Say esteja familiarizado com a existência de seu livro. A explicitação da teoria dos salários gravitando em torno do nível de subsistência é elemento de destaque no livro de Cantillon. Porém, ao discutir Malthus, Say lista em rodapé²² uma relação considerável de autores que também abordaram o problema, relação essa que não menciona Cantillon. Embora não se possa dizer se Say desconhece ou apenas ignora Cantillon, é certo que o primeiro poderia se beneficiar com diversos aspectos da obra do segundo, em especial no que diz respeito a atividade empresarial.

Passemos agora ao terceiro elemento da perspectiva plutológica: o consumo. Como a plutologia é essencialmente materialista, já que a ênfase é na riqueza e não na ação, o consumo adquire conotação negativa: a destruição de riqueza. Mesmo na obra de Say, que enfatiza a utilidade, o consumo será definido como destruição de riqueza. Como afirmamos anteriormente, não se trata apenas de diferentes convenções sobre o uso dos termos. A despeito do reconhecimento por parte de Say de que o consumo seja a atividade fim da produção e de que o investimento envolva escolha entre consumo presente e futuro, na verdade encontramos na terceira parte do *Tratado* algo além de uma exposição positiva do fenômeno de crescimento econômico e das escolhas envolvidas. Essa exposição é misturada no texto de Say com uma discussão essencialmente normativa sobre como aumentar o valor da riqueza reproduzida.

Assim como produção é criação de utilidade, o consumo é definido por Say como sua destruição. Mesmo os bens de capital em algum momento são consumidos. A despeito disso, o capital pode aumentar porque seu valor não depende dos bens materiais que necessariamente

²² Os autores citados por Say (1841, p. 426, n.r. 4) são: Steuart, Quesnay, Montesquieu, Forbonnais, Buffon, Hume, Condillac, Verri, Mirabeau, Raynal, Chastellux, Necker, Condorcet, Smith, Garnier, Herrenschwand, Godwin, Bentham, Clavière, Browne-Dignan, Beccaria, Gorani e Sismondi.

desaparecem, pois seu valor se reproduz na forma de outros bens. A soda, por exemplo, é consumida, mas seu valor é preservado no sabão. Essa concepção remonta a Turgot, em cuja obra o capital, visto como riqueza expressa em termos monetários, ganha vida própria²³.

A riqueza total consumida em um ano, por sua vez, é classificada por Say (1841, p. 439) de duas formas: por um lado, conforme sejam consumos realizados pelo setor público ou pelo setor privado e por outro conforme seja destruído para realizar alguma necessidade ou para produzir outros bens. Desse modo, a noção moderna de consumo é chamada de consumo improdutivo ou estéril e o conceito atual de investimento é chamado de consumo produtivo ou reprodutivo. Temos então:

$$C_{\text{Total}} = C_{\text{PrivadoProdutivo}} + C_{\text{PrivadoEstéril}} + C_{\text{PúblicoProdutivo}} + C_{\text{PúblicoEstéril}}$$

Como a razão de ser do consumo é satisfazer necessidades, o consumo estéril atende satisfações imediatas e o consumo produtivo satisfações futuras. Como o consumo é destruição de riqueza, Say (1841, p. 441) utiliza a metáfora de uma fogueira: a queima de madeira para se aquecer seria consumo improdutivo e para cozinhar seria consumo reprodutivo, ao passo que queima sem ninguém perto ou sem cozinhar nada seria puro desperdício.

Como o consumo reprodutivo (investimento) já foi examinado na discussão da produção, Say se concentra nos efeitos do consumo estéril. Como o consumo é visto como destruição de riqueza, um custo, deve ser comparado com a satisfação obtida pelo agente. O consumo voltado apenas a estimular uma indústria, portanto, equivale à madeira queimando na lareira em uma casa vazia do parágrafo anterior. Como já assinalamos antes, em vez de tratar como nos mercados se manifestam as escolhas entre satisfações presentes e futuras, Say adota no capítulo quatro da terceira parte do *Tratado* a abordagem paternalista que já nos deparamos no exame do *Olbie*. Consumos presentes tais como “prazeres da mesa”, dos jogos e fogos de artifício são condenados. No lugar desses “consumos de luxo”, Say recomenda “consumos esclarecidos” que satisfaçam necessidades reais, além de consumos lentos, consumos aprovados pela moral e consumos feitos em comum, pois um cozinheiro faria refeições para muitos de forma mais econômica que para poucos.

O desprezo de Say (1881, p. 448-449) pelo consumismo, curiosamente, lembra aquele que encontramos em Thorsten Veblen:

O luxo da ostentação só dá uma satisfação vazia, enquanto o luxo de comodidade, se assim posso me exprimir, proporciona satisfação real. O último é mais barato e, portanto, consome menos. O outro não conhece limites; cresce em um indivíduo sem qualquer outro motivo além de seu aumento em outra pessoa. Ele pode assim ir progressivamente ao infinito.²⁴

²³ Idéia semelhante se manifestará mais tarde na obra de J.B. Clark, que concebe o capital como um fundo homogêneo, independente da forma material dos bens particulares que o compõe.

²⁴ *Le luxe d'ostentation ne procure qu'une satisfaction creuse; le luxe de commodité, si je peux m'exprimer ainsi, procure une satisfaction réelle. Ce dernier est moins cher, et par conséquent il consomme moins. L'autre ne connaît point de bornes; il s'accroît chez un particulier sans autre motif, sinon qu'il s'accroît chez un autre; il peut aller ainsi progressivement à l'infini.*

A moda, para o autor (p. 449), consistiria “no privilégio de gastar as coisas antes que elas tenham perdido sua utilidade. A ostentação, associada à desigualdade de rendas, é do mesmo modo classificada (p. 451) como necessidade artificial, não real:

Deve-se notar que a excessiva desigualdade de fortunas é contrária a todos esses tipos de consumo que devem ser considerados como os mais esclarecidos. A medida que as fortunas são mais desproporcionais em uma nação, existem mais necessidades artificiais e menos necessidades reais satisfeitas;²⁵

O moralismo, associado à valorização do futuro em relação ao presente, determinam assim um afastamento do subjetivismo que encontramos inicialmente no tratamento de Say ao fenômeno do valor.

O consumo público, que encerra o *Tratado*, assim como o privado, é discutido nos mesmos termos; a saber, condenação do consumo “desnecessário” tendo em vista o objetivo de gerar poupança para o financiamento das indústrias e conseqüente reprodução da riqueza em valores cada vez maiores. Os detalhes do consumo público serão deixados para a próxima seção, dedicada ao estado. Aqui nos resta concluir com breve comentário sobre a forma como Say estrutura a exposição da teoria econômica.

Say consolida entre os economistas clássicos a adoção da seqüência produção - distribuição - consumo de riqueza. Essa organização do pensamento plutológico contém algumas tensões. Ao rejeitar os “economistas do século dezoito” devido ao privilégio que estes conferiam à agricultura, Say condena metodologicamente a construção de sistemas metafísicos descolados da observação empírica da realidade. No entanto, sua teoria reflete exatamente a essência do pensamento fisiocrata, construindo um modelo de riqueza quase autônoma em relação às decisões individuais, que percorre um circuito em um novo quadro econômico: geração, distribuição, destruição e reprodução da entidade denominada riqueza. O uso de um elemento subjetivo, a utilidade, embora sirva, em conjunto com suas opções metodológicas para afastar a vertente francesa da teoria dos excessos derivados do ricardianismo, ainda desempenha função plutológica – definir riqueza como entidade autônoma, só que independentemente do tipo do ramo de atividade produtiva. Mas, por outro lado, uma vez definida a riqueza em termos de valores monetários de equilíbrio, o esquema teórico barra o desenvolvimento da teoria subjetiva do valor, devido à adoção da tese de igualdade de valores trocados.

Essas escolhas talvez tenham ajudado a explicar o relativo isolamento da escola formada pelos seguidores de Say no debate teórico posterior: a rejeição da solução subjetivista de Condillac ao problema do valor afasta os franceses da escola neoclássica e dos precursores desta última e ao mesmo tempo a presença de algum subjetivismo aliena os franceses da ortodoxia ricardiana, e sua preocupação com análise agregada. Esse isolamento facilitou o rótulo de Say como mero divulgador de Smith, fama facilitada pela própria atitude do autor, que rejeitou a tradição teórica desenvolvida pelos precursores, que, no entanto, influenciam seu pensamento.

²⁵ *Il est à remarquer que la trop grande inégalité des fortunes est contraire à tous ces genres de consommations qu'on doit regarder comme les mieux entendues. A mesure que les fortunes sont plus disproportionnées, il y a dans une nation plus de besoins factices, et moins de besoins réels satisfaits ;*

Como não existem dados sem teoria, esses precursores franceses também imprimem sua marca na obra de Say no que diz respeito à tradição de análise da regulação do estado na economia. Como os economistas da primeira metade do século vinte negligenciaram a análise econômica da ação coletiva, não perceberam em sua apreciação de Say os elementos teóricos originais desenvolvidos por esse e outros autores nessa área. Se o que é considerado teoria for restrito apenas ao estudo de equilíbrio geral e determinantes da produção agregada no curto prazo, Say e seu seguidores soam de fato como autores não originais. Na seção seguinte combatemos esse equívoco salientando as contribuições de Say à economia da política, contribuições que o colocam como precursor da análise desenvolvida a partir de meados do século seguinte pela escola da escolha pública.

1.1.2.2. *Economia e Estado em Say: governantes auto-interessados*

Como nota Faccarello (2010), Say avança o entendimento sobre a natureza do estado e seu impacto econômico, pois sua época é caracterizada por debates sobre o tema. O estado era visto de forma diferente por liberais, conservadores e socialistas de diversas matizes. De fato, considerando a situação problema dos ideólogos, é natural a preocupação de Say pelo conjunto de instituições adequadas para o país após a queda do antigo regime, como podemos constatar deste o concurso que motivou a escrita de *Olbie*.

A análise econômica do estado na obra de Say se encontra dispersa em diferentes pontos de seus livros. O exame mais convencional das funções consideradas legítimas do estado e quais são suas formas de financiamento situa-se na parte dedicada ao consumo do *Tratado* (parte 3, caps. 6 a 11). A abordagem institucional, de origem smithiana, a respeito de sistemas econômicos comparados, por sua vez, é detalhada na quarta parte do *Curso Completo*, dedicada ao estudo da influência das instituições sobre a economia. O mesmo tipo de questão de encontra no capítulo dezessete da primeira parte do *Tratado* – o capítulo mais longo da obra – no qual se estuda os efeitos das intervenções estatais na economia. Esse capítulo desenvolve os temas expostos no *Elogio a Gournay* de Turgot. Especificamente, aparece nesse capítulo de forma frequente o exame positivo, não idealizado, da economia do setor público, que aplica também nessa esfera a hipótese de auto-interesse dos agentes. Essa aplicação faz parte da base da explicação da escola clássica francesa sobre a exploração econômica fundada na lógica da ação política.

Iniciemos com o estudo do que Say denomina consumos públicos. O leitor não deve se confundir com as conotações normativas implícitas na nomenclatura escolhida pelo autor. Como vimos, todo consumo é definido como destruição de riqueza, que ocorre tanto no setor privado quanto público. Say (1841, p. 267) aplica, de acordo, a mesma análise aos dois tipos de consumo estéril:

Se a despesa pública afeta a soma da riqueza exatamente da mesma forma que a despesa privada, os mesmos princípios de economia devem presidir a ambos. Não há dois tipos de economia como não existem dois tipos de moralidade. Se um governo, como um indivíduo, efetua um consumo do qual resulta uma produção de valor maior que o valor consumido, ele exerce uma indústria produtiva; se o valor consumido não tiver deixado nenhum produto, é

um valor perdido para um como para o outro; mas que, ao se dissipar, poderia muito bem ter prestado o serviço dele esperado.²⁶

Essa citação estabelece, para o autor, a possibilidade de existência de consumos públicos produtivos. A preocupação do autor ao estudar os gastos públicos será a mesma que o motiva em toda sua obra: a determinação dos fatores que aumentam a produção de riqueza. Assim como o gasto de luxo privado é condenado, também o será o desperdício de recursos públicos.

Para Say (p. 471), aquilo que deveria ser o o princípio norteador da administração pública, evitar o desperdício, requer a comparação contínua e judiciosa dos sacrifícios envolvidos em um gasto estéril, ou seja, consumos de riqueza, com os ganhos proporcionados por esse gasto, que consistem na utilidade gerada para a população. Assim como nos consumos privados, a utilidade de gastos públicos não é passível de avaliação rigorosa (p. 497). Quanto aos custos, ou parcela de riqueza consumida, o autor (1841, p. 472-473) tem algo a dizer a respeito, derivado dos incentivos enfrentados pelos agentes no setor público, diferentes daqueles existentes no setor privado:

Um indivíduo sente todo o valor da coisa que ele consome; muitas vezes é o doloroso fruto do seu suor, de uma longa assiduidade, de uma poupança contínua. Ele é facilmente capaz de medir a vantagem que ele deve obter de um consumo, e a privação que resultará dele. Um governo não está tão diretamente interessado em ordem e economia. Ele não sente tão agudamente, tão próximo, o inconveniente da ausência desses fatores. Acrescente que um indivíduo se inclina a poupar, não apenas por seu próprio interesse, mas pelos sentimentos do coração, pois sua economia assegura recursos a seus entes queridos. Mas um governo parcimonioso economiza para os cidadãos que mal conhece e os recursos que ele fornece podem servir apenas aos seus sucessores.²⁷

Na primeira edição de seu *Catecismo* (1821, p. 83), Say condensa os motivos pelos quais os serviços públicos tendem a ser mais caros que os privados: o número e salário dos funcionários públicos são determinados por razões políticas e não estritamente econômicas e os administradores públicos não são econômicos ao lidar com dinheiro que não é deles, inexistindo interesse pessoal na supervisão das obras públicas.

Ao discutir o gasto público em geral, Say adota como alvo ao longo de todo seu livro aqueles que argumentam que tais gastos, independentemente de seu uso, geram benefícios para a economia. Tornar a legislação mais complicada, por exemplo, pode gerar estímulos à demanda por recursos produtivos em alguns setores particulares, mas não resulta em benefícios adicionais para a população, se contemplarmos todos os benefícios e custos envolvidos. Sobre

²⁶ *Si les dépenses publiques affectent la somme de richesses précisément de la même manière que les dépenses privées, les mêmes principes d'économie doivent présider aux unes et aux autres. Il n'y a pas plus deux sortes d'économie, qu'il n'y a deux sortes de probité, deux sortes de morale. Si un gouvernement comme un particulier font des consommations desquelles il doit résulter une production de valeur supérieure à la valeur consommée, ils exercent une industrie productive; si la valeur consommée n'a laissé aucun produit, c'est une valeur perdue pour l'un comme pour l'autre; mais qui, en se dissipant, a fort bien pu rendre le service qu'on en attendait.*

²⁷ *Un particulier sent toute la valeur de la chose qu'il consomme; souvent c'est le fruit pénible de ses sueurs, d'une longue assiduité, d'une épargne soutenue; il mesure aisément l'avantage qu'il doit recueillir d'une consommation, et la privation qui en résultera pour lui. Un gouvernement n'est pas si directement intéressé à l'ordre et à l'économie; il ne sent pas si vivement, si prochainement, l'inconvénient d'en manquer. Ajoutez qu'un particulier est excité à l'épargne, non-seulement par son propre intérêt, mais par les sentimens du coeur: son économie assure des ressources aux êtres qui lui sont chers; un gouvernement économe épargne pour des citoyens qu'il connaît à peine, et les ressources qu'il ménage ne serviront peut-être qu'à ses successeurs.*

a criação de postos supérfluos na administração pública, Say (p. 125) afirma que: “[a]dministrar o que deve ser deixado a si mesmo é prejudicar as pessoas e fazê-las pagar pelos danos causados a elas como se fossem bens”.

Para Say (1841, parte 3, cap 7), os gastos públicos são em grande parte compostos por bens imateriais (serviços) voltados seja à administração civil e judiciária, garantindo os direitos de propriedades nas nações; à manutenção da paz pelo exército, possibilitando o enriquecimento mútuo das nações pelo comércio, em contraste com os prejuízos causados pelo colonialismo; ao ensino público, que no espírito da ideologia educa cidadãos e espalha o progresso científico; à manutenção de instituições de caridade para desafortunados ou a despesas exigidas pelas obras públicas.

Depois de listar os bens e serviços providos pelo estado, Say passa a analisar questões tributárias, relativas ao seu financiamento. Além de dissipar equívocos derivados da crença de que benefícios gerados pelos impostos seriam gratuitos, apontando a origem dos recursos em termos de riqueza subtraída de usos alternativos, Say trata dos efeitos gerais dos impostos, que consistem no aumento de preços e redução de demanda pelos bens, tópico ao qual se acrescenta a discussão sobre incidência tributária: o rapasse de um imposto depende da existência ou não de alternativas ao bem ou serviço tributado. Como princípios para a legislação tributária, Say defende impostos com alíquota pequena, equitativos, que prejudiquem menos a reprodução de riqueza e que sejam favoráveis à moral. Estes últimos, como nós pudemos observar ao longo de toda sua obra, em linhas gerais dizem respeito à parcimônia. Por fim, Say trata da dívida pública, notando que enquanto particulares tomam empréstimos para empregos produtivos, o estado tende a dissipar os fundos obtidos.

A parte mais interessante da análise de Say sobre o tema, porém, diz respeito ao exame das intervenções do estado na economia. Como notam Euzent e Martin (1984, p. 256), Say é influenciado nesse assunto por Smith, mas vai além deste autor na identificação dos custos para a sociedade da atividade de busca por privilégios legais. Esses autores defendem a tese de que Say é precursor da escola da escolha pública, comparando citações deste último com o trabalho de Gordon Tullock.

De nossa parte, notaremos a influência da tradição Gournay-Turgot no capítulo, cujo efeito prático é a detecção não apenas de temas associados à escolha pública (auto-interesse dos agentes públicos), mas também temas desenvolvidos pela escola austríaca (conhecimento disperso e falível dos agentes públicos). Temos presentes desse modo as duas grandes fontes das falhas de governo, o que permite que a análise de Say se torne peça importante para o desenvolvimento da economia da política dos autores da escola clássica francesa.

Na tradição francesa, o estado não é tratado como uma entidade incorpórea, cuja análise poderia prescindir do exame do comportamento dos agentes no setor público. Para Say (1841, p. 220), pelo contrário, “[u]m governo só pode agir por procuradores, isto é, por pessoas que têm um interesse particular diferente do seu e que lhes é muito mais caro”. Vejamos como a economia do setor público é modificada pela consideração do conhecimento limitado e existência de auto-interesse de seus agentes.

Ao examinar os efeitos das regulações estatais sobre o que deve ser produzido, Say compara essas regulações com o mecanismo descentralizado dos mercados. Nestes, uma demanda maior por um bem eleva o lucro do emprego de mais fatores produtivos no setor. Repetindo Turgot, a comparação é feita em termos do contraste entre o conhecimento disperso dos agentes e o conhecimento centralizado dos agentes do estado. Tomando como exemplo uma porção de terra, Say (1841, p. 154) compara empresários e legisladores em termos da capacidade de escolher que emprego desse recurso geraria mais riqueza:

Não resta portanto nada a saber além de se a administração ou o cultivador sabe melhor que tipo de cultura renderá mais; e é admissível supor que o fazendeiro que vive no campo, o estuda, o questiona, mais do que ninguém está interessado em fazer o melhor possível, sabe mais a esse respeito do que a administração.²⁸

A nossa afirmação de que Say desenvolve tanto as consequências dos problemas derivados de conhecimento quanto de motivação não implica que esses temas estejam separados. Vejamos em seguida como a descrição da atividade de *rent-seeking* inclui considerações sobre conhecimento dos agentes, inclusive sobre o funcionamento da atividade política, de modo que as duas fontes de falhas de governo fazem parte de uma perspectiva institucional ampla sobre as consequências do sistema mercantilista (ou intervencionista) estudado pelos economistas franceses.

Seguindo o exemplo de Smith, Say (1841, p. 157) compara os efeitos da ação auto-interessada em ambiente institucional caracterizado pela impessoalidade ou igualdade perante à lei com o ambiente do mercantilismo, no qual privilégios monopolísticos podem ser fornecidos pelo poder público e adquiridos competitivamente por grupos de produtores, que direcionam seu auto-interesse para a aquisição de um modo mais fácil de obter renda:

Mas o interesse pessoal não oferece mais nenhuma indicação, quando os interesses particulares não servem de contrapeso entre si. Do momento em que um indivíduo ou uma classe de indivíduos puder confiar na autoridade para se libertar da competição, eles adquirirão um privilégio à custa da sociedade; eles podem garantir a obtenção de lucros que não derivam inteiramente dos serviços produtivos que prestaram, mas parte dos quais é um imposto real para seus consumidores; imposto, do qual eles quase sempre compartilham alguma porção com a autoridade que lhes emprestou seu apoio injusto.²⁹

Esse tipo de citação não é algo isolado. Vários elementos da explicação da atividade de *rent-seeking* se manifestam na análise de Say. Para corroborar essa afirmação, será necessário empregar um número maior do que o normal de citações do livro do autor. Os custos do *rent-seeking*, por exemplo, são compostos tanto pelo desvio de recursos produtivos para a busca de privilégio, quanto pelos efeitos nocivos da imposição de monopólios. Os dois custos estão

²⁸ *Il ne reste donc plus qu'à savoir qui, de l'administration ou du cultivateur, sait le mieux quel genre de culture rapportera davantage; et il est permis de supposer que le cultivateur qui vit sur le terrain, l'étudie, l'interroge, qui plus que personne est intéressé à en tirer le meilleur parti, en sait à cet égard plus que l'administration.*

²⁹ *Mais l'intérêt personnel n'offre plus aucune indication, lorsque les intérêts particuliers ne servent pas de contre-poids les uns pour les autres. Du moment qu'un particulier, une classe de particuliers peuvent s'étayer de l'autorité pour s'affranchir d'une concurrence, ils acquièrent un privilège aux dépens de la société; ils peuvent s'assurer des profits qui ne dérivent pas entièrement des services productifs qu'ils ont rendus, mais dont une partie est un véritable impôt mis à leur profit sur les consommateurs; impôt dont ils partagent presque toujours quelque portion avec l'autorité, qui leur a prêté son injuste appui.*

presentes na explicação de Say, embora, naturalmente, dada a teoria do valor empregada pelo autor, estes últimos custos não são expressos em termos de perdas alocativas.

Quanto ao primeiro elemento dos custos relativos às perdas com a atividade de espoliação mútua, Say (1841, p. 181) contrasta o auto-interesse de curto prazo dos buscadores de renda com os interesses reais dessas mesmas pessoas no longo prazo, revelados pela teoria econômica:

... mesmo naquelas partes do globo nas quais as pessoas acreditam ser iluminadas, elas gastam muito do seu tempo e usam parte de suas faculdades para destruir uma porção de seus recursos ao invés de multiplicá-los, e pilhando um ao outro em vez de ajudar uns aos outros; tudo por falta de esclarecimento, por falta de saber quais são seus reais interesses³⁰.

Além da perda com o emprego de talentos para obtenção de privilégios, temos ainda as perdas associadas ao monopólio, que geram lucros que o produtor privilegiado divide com o legislador. A ambos Say (1841, p. 173) atribui a hipótese de auto-interesse, empregando a expressão “paixões governamentais” para se referir ao pressuposto comportamental aplicado ao segundo:

É, pode-se dizer, porque os primeiros princípios da economia política ainda são geralmente ignorados; porque se estabelecem em bases erradas raciocínios engenhosos que facilmente se aproveitam, por um lado, das paixões dos governos (que empregam proibições como uma arma ofensiva ou como um recurso fiscal) e por outro lado a ganância de várias classes de comerciantes e fabricantes que encontram nos privilégios uma vantagem particular, e se importam pouco se seus lucros são o resultado de uma produção real ou uma perda suportada por outras classes da nação.³¹

Say descreve uma troca na qual os produtores demandam regulações junto ao estado (p. 175), cujos agentes ficam felizes em providenciá-las em troca de recursos (p. 191). Os consumidores, por sua vez, arcam com os custos. Mas como estes não são capazes de associar os custos que arcam com sua causa, não reclamam. Pelo contrário, Say (p. 157, n.r.) afirma que os consumidores “às vezes são os primeiros a insultar as pessoas esclarecidas que levantam suas vozes em seu favor”. Os governos, por fim, dificilmente são esclarecidos e firmes o bastante para resistir a oferta de privilégios.

A consequência dessa troca é o empobrecimento. Ao comentar os efeitos do protecionismo comercial em particular, Say (p. 180) invoca uma expressão de Fénelon (1651-1715), segundo a qual o comércio seria como “as fontes naturais que muitas vezes secam quando se quer alterar seu curso”.

³⁰ *même dans les parties du globe où ils se croient éclairés, passent une grande partie de leur temps et usent une partie de leurs facultés à détruire une portion de leurs ressources au lieu de les multiplier, et à se piller les uns les autres au lieu de s'aider mutuellement ; le tout faute de lumières, faute de savoir en quoi consistent leurs vrais intérêts.*

³¹ *C'est, disons-le, parce que les premiers principes de l'économie politique sont encore presque généralement ignorés; parce qu'on élève sur de mauvaises bases des raisonnemens ingénieux dont se paient trop aisément, d'une part, les passions des gouvernemens (qui emploient les prohibitions comme une arme offensive ou comme une ressource fiscale), et d'une autre part l'avidité de plusieurs classes de négocians et de manufacturiers qui trouvent dans les privilèges un avantage particulier, et s'inquiètent peu de savoir si leurs profits sont le résultat d'une production réelle ou d'une perte supportée par d'autres classes de la nation.*

O mesmo vale para regulações que ditam como os bens devam ser produzidos. Guildas apelam para garantias de qualidade do produto e requerem longos treinamentos para seus aprendizes. Esse tipo de regulação faz com que se perca de vista a percepção de que a produção poderia ser organizada de outra forma. Segundo Say (1841, p. 193):

Se houvesse alguma maneira de formar uma corporação de agricultores, logo teríamos sido persuadidos de que é impossível ter alfaces bem desenvolvidas e pêssegos saborosos sem muitos regulamentos compostos de várias centenas de artigos.³²

A regulação dos mercados funcionaria ainda como uma barreira à entrada nos mercados, ao reduzir o número de produtores competindo, devido às restrições impostas ao modo como os bens deveriam ser produzidos.

Note que a presença de práticas que empobreceriam a nação, como o protecionismo comercial e a regulação dos mercados internos, é explicada em termos de desconhecimento dos agentes em relação aos efeitos gerais dessas práticas, a despeito da presença da hipótese de auto-interesse na explicação. A fusão dos elementos de auto-interesse e conhecimento limitado permite que Say e mais tarde Bastiat explicitamente desenvolvam uma explicação do processo interventor em termos de consequências não intencionais e indesejáveis da ação bem-intencionada. Evita-se com isso uma explicação maniqueísta, segundo a qual a exploração seria fruto de intenções explicitamente antissociais.

A explicação do porquê um sistema econômico que gera resultados inferiores perduraria faz uso do contraste entre os interesses concentrados do produtor e os interesses difusos dos consumidores. Para Say (1841, p. 178), isso faz com que os primeiros tenham interesse em investir na obtenção de um privilégio ao passo que os segundos, a despeito de seu maior número, não se organizam da mesma maneira. Novamente, temos aqui um elemento central da abordagem contemporânea da escolha pública:

E é bom notar que cada um se acha mais enganador do que enganado; pois, embora cada um seja um consumidor ao mesmo tempo que produtor, os lucros excessivos feitos em uma única espécie de mercadoria, aquela que ele produz, são muito mais sensíveis do que as perdas múltiplas, mas pequenas, feitas em mil mercadorias diferentes que se consome.³³

A própria população, nota Say (1841, p. 133), demonstra pouca resistência contra propostas de lei cujos custos acreditam-se que sejam arcados pelos outros:

Mas, ao mesmo tempo, quanto na prática não se desvia deste respeito pelas propriedades que consideramos tão vantajoso em teoria! Por quantos motivos frágeis não se propõem com frequência sua violação! E esta violação, que deveria naturalmente suscitar alguma indignação, é facilmente defendida por aqueles que não são vítimas!³⁴

³² *S'il y avait un moyen de former une corporation de cultivateurs, on nous aurait bientôt persuadé qu'il est impossible d'avoir des laitues bien pommées et des pêches savoureuses, sans de nombreux réglemens composés de plusieurs centaines d'articles.*

³³ *Et il est bon de remarquer que chacun se croit plutôt dupeur que dupé; car, quoique chacun soit consommateur en même temps qu'il est producteur, les profits excessifs qu'on fait sur une seule espèce de denrée, celle qu'on produit, sont bien plus sensibles que les pertes multipliées, mais petites, qu'on fait sur mille denrées différentes que l'on consomme.*

³⁴ *Mais en même temps combien, dans la pratique, ne s'écarte-t-on pas de ce respect des propriétés qu'on juge si avantageux en théorie! Sur quels faibles motifs n'en propose-t-on pas souvent la violation! Et cette violation, qui*

Essa assimetria entre benefícios concentrados e custos difusos se manifesta também no debate político. Como fazem parte do país, os que se beneficiam de regulações retratam os favores obtidos como ganhos para a sociedade como um todo (p. 157). Ao mesmo tempo, seus defensores argumentam que o protecionismo se manifesta com mais frequência em países prósperos (p. 181). Say, por sua vez, acredita que investidas protecionistas ocorram com mais frequência em países ricos porque esses são os únicos capazes de suportar tais ataques. O *rent-seeking* dependeria desse modo do parasitismo da riqueza existente.

Depois de notar como novas restrições comerciais são utilizadas para procurar sanar males causados por medidas prévias de mesma natureza, Say manifesta sua preferência pela remoção dos obstáculos (p. 183), ao invés de alimentar um espiral de legislação corretivas. Aqui o autor se depara com a mesma situação problema vivida por Turgot como ministro e analisada por Condillac, que diz respeito à velocidade e amplitude das reformas necessárias para dismantelar um sistema de restrição ao comércio. Say se revela nesse aspecto um defensor do gradualismo, utilizando o mesmo tipo de argumento empregado por Condillac. Para Say, “não se cura um doente em um dia”, pois só pouco a pouco o capital e a indústria encontram empregos mais vantajosos.

Para Say (1841, p. 185) as regulações, fáceis de serem adotadas, são difíceis de serem abolidas:

Talvez não baste toda a habilidade de um grande estadista para curar as feridas ocasionadas pela extirpação desse lobo devorador que é o sistema regulador e exclusivo; e quando se considera cuidadosamente o dano que ele causa quando é estabelecido, e os males causados pela sua abolição, somos levados naturalmente a essa reflexão: se é tão difícil devolver a liberdade à indústria, quanto não se deve ser cauteloso quando se trata de removê-la!³⁵

As discussões que descrevemos até aqui nesta seção fundamentam a análise comparativa de instituições ou de sistemas econômicos existente na obra do autor. A garantia dos direitos de propriedade, que na primeira parte do *Tratado* é identificado com o principal estímulo à produção de riqueza, seria efetiva em um sistema no qual fosse tratada como um princípio, mas cede lugar à exploração da população em um sistema no qual o governo promove a “pilhagem organizada” (p. 156).

A possibilidade do estado se transformar no principal agente de exploração na sociedade ocorre em diversos momentos na análise do autor. Na análise dos recursos produtivos, por exemplo, Say (1841, p. 407) afirma que a terra é vista como mais expostas aos abusos do poder por ser difícil de ser escondida ou movida, ao passo que os capitais (p. 419) desaparecem em meio a empecilhos e prosperam em ambientes livres.

devrait exciter naturellement quelque indignation, qu'elle est facilement excusée par ceux qui n'en sont pas victimes.

³⁵ *Peut-être n'est-ce pas trop de toute l'habileté d'un grand homme d'état pour cicatrizer les plaies qu'occasionne l'extirpation de cette loupe dévorante du système réglementaire et exclusif; et quand on considère mûrement le tort qu'il cause quand il est établi, et les maux auxquels on peut être exposé en l'abolissant, on est conduit naturellement à cette réflexion: s'il est si difficile de rendre la liberté à l'industrie, combien ne doit-on pas être réservé lorsqu'il s'agit de l'ôter!*

Como Say (1840, p. 543) sumariza em seu *Curso Completo*, diferentes sistemas de legislação resultam em diferentes desempenhos econômicos e o melhor deles é aquele que coloca menos obstáculos ao desenvolvimento dos fatores produtivos responsáveis pela produção de riqueza. Isso é obtido por leis que garantam a liberdade e ambiente com menos incerteza para pessoas e capitais. Nessa obra, Say (1840, p. 518) reafirma as causas institucionais da incerteza e da ociosidade dos recursos:

Onde a propriedade não é assegurada, o capital deixa de ser produtivo, permanece ocioso e decai, bem como a terra e as faculdades industriais. Um capital não pode ser usado de forma oculta. Para produzir, é necessário pô-lo em evidência, transforma-lo em instalações, ferramentas e ofícios, em mão de obra que alimenta um grande número de trabalhadores. Todos esses trabalhos só podem ser feitos em plena luz do dia; eles saltam aos olhos; eles mostram aos governos ruins onde suas depredações devem ser direcionadas, e aos ladrões onde eles podem direcionar seus ataques com proveito.³⁶

A transformação no estado em um agente espoliador sob certos arranjos institucionais será tema recorrente na obra de vários autores da escola clássica francesa, em especial nos trabalhos de Charles Comte, Charles Dunoyer, Frédéric Bastiat e Gustave de Molinari, tal como teremos oportunidade de examinar nos capítulos seguintes.

No *Tratado*, o contraste entre sistemas econômicos baseados predominantemente em produção ou espoliação aparece também na discussão do colonialismo. Say classifica as colônias em dois tipos: dos antigos e dos modernos. O primeiro seria composto por locais habitados por indivíduos industriais, que pretendem se estabelecer no local em vez de retornar à metrópole. Nesses locais, imigrantes almejam o estabelecimento de por governos voltados aos interesses locais. O sistema colonial dos modernos, em contraste, seria caracterizado pela ação de aventureiros que desejam fazer fortuna rapidamente para usufruí-la na metrópole.

Esse segundo tipo, para Say, induz o emprego de violência em atividade exploradora, em particular a escravidão. O autor se junta então ao debate entre os economistas clássicos sobre esse último tema. Ao contrário de autores como Turgot e Smith, Say revela um ceticismo em relação ao argumento segundo o qual o trabalho escravo seria mais caro que o trabalho livre por causa da falta de incentivos ao trabalho. A fonte do ceticismo é de natureza empírica: Say argumenta que o custo dos escravos nas Antilhas não seria superior ao do trabalhador livre.

Reconhecendo, a partir da discussão do tema com outros autores³⁷, que esse cálculo de custo não consiste em evidência conclusiva, Say (1841, p. 229) prefere basear sua rejeição da escravidão nos efeitos de longo prazo de um sistema econômico baseado em exploração do homem, que gera resultados inferiores a interação voluntária:

Não há maneira duradoura e segura de produzir senão aquela que é legítima, e só existe uma maneira pela qual as vantagens de um não são adquiridas à custa do outro. Esse modo de

³⁶ *Là où la propriété n'est pas assurée, les capitaux cessent d'être productifs, demeurent oisifs et déperissent de même que les terres, de même que les facultés industrielles. Un capital ne peut pas servir obscurément. Pour le faire produire il faut le mettre en évidence, le transformer en bâtiments d'exploitation, en outils et métiers pour les arts, en main-d'oeuvre que alimente un grand nombre d'ouvriers. Tous ces emplois ne peuvent s'effectuer qu'au grand jour; ils frappent les regards; ils montrent aux mauvais gouvernements où doivent s'adresser leurs déprédations, et aux brigands où ils peuvent, avec profit, diriger leurs attaques.*

³⁷ Hart (1990) analisa a discussão entre Say e outros autores, como Storch, um autor cuja obra estudaremos no próximo capítulo, sobre a ineficiência do trabalho escravo.

prosperidade é o único que não tem resultados desagradáveis a serem temidos; e os eventos que aconteceram me dariam razões de sobra, se eu quisesse comparar o declínio e os desastres dos países cuja indústria é baseada na escravidão, com a prosperidade daqueles com princípios mais liberais.³⁸

Para Say (p. 230), a percepção de injustiça envolvida no trabalho escravo no tempo em que vivia já era tal que ninguém se atreveria a defender em público o comércio de pessoas.

Quanto ao colonialismo em geral, Say se revela favorável a que os países percam suas colônias, como a Inglaterra. Evocando sua argumentação no capítulo sobre os mercados, seria adequado que as colônias se libertem do sistema colonial. Livre das restrições ao comércio impostos pela metrópole, as antigas colônias poderiam prosperar e desse modo as antigas metrópoles poderiam encontrar demanda por seus produtos. Esse raciocínio se encontra, por exemplo, na análise de Horace Say (1839), seu filho, sobre as relações comerciais entre Brasil e França: livre das amarras impostas pelo sistema colonial, o Brasil deveria adotar o livre-comércio. As metrópoles, por sua vez, também se beneficiariam em última análise com o abandono do sistema mercantilista. Say (1841, p. 235) indaga se

Deveríamos nos lamentar de não ter comprado ao preço de duzentos anos de guerras, vinte batalhas navais, algumas centenas de milhões e o sangue de quinhentos mil homens, a vantagem de pagar alguns centavos a menos pela pimenta e pelo cravo?³⁹

O autor associa, portanto, o sistema mercantilista, que imagina que relações comerciais seriam jogos de soma zero, com o belicismo prevalecente na época.

A evidência coletadas nesta seção basta para estabelecermos na obra de Say uma fusão da análise institucional smithiana de sistemas econômicos comparados com a tradição de Gournay e Turgot de exame do modo de funcionamento do estado, que supõe auto-interesse na esfera da ação coletiva. A importância desse aspecto da obra de Say deve ainda ser apreciada se levarmos em conta que a escola que se formou a partir dos escritos desse autor, como veremos ao longo deste trabalho, se caracteriza justamente pela ênfase na análise positiva do estado.

³⁸ *Il n'y a de manière durable et sûre de produire que celle qui est légitime, et il n'y a de manière légitime que celle où les avantages de l'un ne sont point acquis aux dépens de l'autre. Cette manière de prospérer est la seule qui n'ait point de fâcheux résultats à craindre ; et les événemens arrivés me donneraient trop d'avantages , si je voulais mettre en parallèle le déclin et les désastres des pays dont l'industrie se fonde sur l'esclavage , avec la prospérité de ceux où régnerent des principes plus libéraux*

³⁹ *Devons-nous regretter de n'avoir pas acheté au prix de deux cents ans de guerres, de vingt batailles navales, de quelques centaines de millions, et du sang de cinq cent mille hommes, l'avantage de payer le poivre et le girofle quelques sous de moins?*